

Filosofia da Mente e da Informação

Anais do XIX Encontro da ANPOF

Marco Aurélio Sousa Alves
(Organizador)

COLEÇÃO
ANPOF
XIX
ENCONTRO



Desde 2013, a ANPOF tem publicado os trabalhos apresentados em seus encontros sob a forma de livros, com o objetivo não apenas de divulgar as pesquisas de estudantes e professores e professoras, mas também de estimular o debate filosófico na área. Esse esforço é particularmente relevante, pois proporciona uma oportunidade única de reunir uma significativa presença de colegas de todo o Brasil, conectando pesquisas e regiões que nem sempre estão em contato. Dessa maneira, a Coleção ANPOF representa um retrato do estado da pesquisa filosófica em um determinado momento.

Filosofia da Mente e da Informação

Anais do XIX Encontro da ANPOF

Conselho Editorial/Comite Científico

André Leclerc (UnB)

Daniel de Luca Noronha (FAJE-MG)

Jonas Gonçalves Coelho (UNESP)

Juliana de Orione Arraes Fagundes (UESC)

Maria Eunice Q. Gonzales (UNESP)

Mariana C. Broens (UNESP)

Marco Aurélio Sousa Alves (UFSJ)

Filosofia da Mente e da Informação

Anais do XIX Encontro da ANPOF

Marco Aurélio Sousa Alves

(Organizador)



© 2024 ANPOF

Gerente Editorial
Junior Cunha

Produção Editorial
Ammy Lee Vitória
Daniela Valentini
José Luiz G. Mariani
Medéia Lais Reis
Mônica Chiodi

Instituto Quero Saber
www.institutoquerosaber.org
editora@institutoquerosaber.org

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F488	Filosofia da mente e da informação. Anais do XIX Encontro da ANPOF / organizador, Marco Aurélio Sousa Alves. 1. ed. e-book - Toledo, Pr.: Instituto Quero Saber, 2024. 104 p. il: color. (Coleção do XIX Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF) Modo de Acesso: World Wide Web: < https://www.institutoquerosaber.org/editora > ISBN: 978-65-5121-074-7 DOI: https://doi.org/10.58942/eqs.109 1. Filosofia. CDD 22. ed. 100
------	---

Rosimarizy Linaris Montanhano Astolphi - Bibliotecária CRB/9-1610

Este livro foi editado pelo Instituto Quero Saber em parceria com a ANPOF.
O teor da publicação é de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores.

ANPOF – Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia

Diretoria 2023-2024

Érico Andrade Marques de Oliveira (UFPE), presidente

Eduardo Vicentini de Medeiros (UFSM), secretário-geral

Tessa Moura Lacerda (USP), secretária-adjunta

Judikael Castelo Branco (PROF-FILO/UFT), tesoureiro-geral

Francisca Galiléia Pereira da Silva (UFC), tesoureira-adjunta

Georgia Cristina Amitrano (UFU), diretora de comunicação

Solange Aparecida de Campos Costa (UESPI), diretora editorial

Conselho Fiscal

Taís Silva Pereira (PPFEN-CEFET/RJ)

Ester Maria Dreher Heuser (Unioeste)

Castor Bartolomé Ruiz (Unisinos)

Diretoria 2021-2022

Susana de Castro Amaral Vieira (UFRJ), Presidente

Patrícia Del Nero Velasco (UFABC), Secretaria Geral

Tessa Moura Lacerda (USP), Secretária Adjunta

Agnaldo Cuoco Portugal (UnB), Tesouraria

Cláudia Maria Rocha Oliveira (FAJE), Tesouraria Adjunta

Érico Andrade Marques de Oliveira (UFPE), Diretoria de Comunicação

Tiegue Vieira Rodrigues (UFSM), Diretoria Editorial

Conselho Fiscal

Juliele Sievers (UFAL)

Georgia Cristina Amitrano (UFU)

Cesar Candiotta (PUCPR)

Apresentação da Coleção do XIX Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF

Quando eu era criança, durante muito tempo pensei que os livros nascessem em árvores, como pássaros. Quando descobri que existiam autores, pensei: também quero escrever um livro.

Então, escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não palavra morde a isca, alguma coisa se escreveu.

Clarice Lispector

A Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia realizou entre 10 e 14 de outubro de 2022 seu XIX Encontro Nacional. O evento foi totalmente presencial, em Goiânia/GO, com apenas algumas poucas conferências feitas de forma remota. Foi o primeiro da Associação na região Centro-Oeste. Além disso, é importante salientar que a presidência da ANPOF nesta gestão foi realizada pela professora Susana de Castro (UFRJ), sendo ela a terceira mulher a presidir a Associação em quase quatro décadas de sua existência.

O Encontro reuniu mais de 2 mil participantes em 70 Grupos de trabalhos, 53 Sessões Temáticas e na V Anpof Educação Básica e ainda ofereceu 10 minicursos, promoveu debates em seis mesas redondas e lançou mais de 120 livros da comunidade filosófica. A Universidade Federal de Goiás e seu Programa de Pós-graduação em Filosofia e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás foram as instituições anfitriãs do evento.

A edição de 2022 também foi marcada pelo retorno presencial ao encontro da ANPOF após a pandemia de COVID-19, o que tornou ainda mais forte e necessário os afetos e debates produzidos no encontro. Vale também frisar a marcante participação virtual de Ailton Krenak, Silvia Federici e Françoise Vergès, que contribuíram para pensar questões emergentes e atuais. Outra conferência marcante foi realizada

presencialmente pelo filósofo de Guiné Bissau, Filomeno Lopes, autor de obras significativas sobre a Filosofia Africana, como *Filosofia em volta do fogo*, *Filosofia sem feitiço*, *E Se a África desaparecesse do Mapa Mundo?*, *Uma reflexão filosófica* e *Da mediocridade à excelência: reflexões filosóficas de um imigrante africano*

Desde 2013, a ANPOF tem publicado os trabalhos apresentados sob a forma de livros, com o objetivo não apenas de divulgar as pesquisas de estudantes e professores e professoras, mas também de estimular o debate filosófico na área. Esse esforço é particularmente relevante, pois proporciona uma oportunidade única de reunir uma significativa presença de colegas de todo o Brasil, conectando pesquisas e regiões que nem sempre estão em contato. Dessa maneira, a Coleção ANPOF representa um retrato do estado da pesquisa filosófica em um determinado momento, reunindo trabalhos apresentados em GTs e STs.

Essa coleção desempenha um papel crucial também na disseminação do conhecimento filosófico, tornando disponíveis trabalhos acadêmicos de alta qualidade para um público mais amplo. Essa disseminação é essencial para a formação de estudantes, pesquisadores e entusiastas da filosofia. Além disso, ao publicar obras de autores brasileiros vinculados às pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação filosóficos do país, a coleção destaca e enaltece a produção nacional em filosofia, consolidando a presença do pensamento brasileiro na cena filosófica internacional.

É importante registrar nesta “Apresentação” a dinâmica utilizada no processo de organização dos volumes que são agora publicados, cuja concepção geral consistiu em estruturar o processo da maneira mais amplamente colegiada possível, envolvendo no processo de avaliação dos textos submetidos todas as coordenações dos Grupos de Trabalho em Filosofia. Em termos práticos, o processo seguiu três etapas: 1. Cada pesquisador(a) teve um período para submissão dos seus trabalhos,

enviados diretamente para os GTs; 2. Período de avaliação, adequação e reavaliação dos textos por parte das coordenações e membros dos GTs; 3. Envio dos textos aprovados para a Diretoria Editorial, que nesta edição teve o apoio essencial do Instituto Quero Saber, responsável pela editoração dos textos.

Esperamos que o resultado final desse processo seja uma expressão positiva e democrática dos debates que vêm sendo travados em nossa comunidade e que o público leitor tenha nelas um retrato instigante das pesquisas mais atuais da área.

Reiteramos nossos agradecimentos pelos esforços da comunidade acadêmica, tanto no que diz respeito à publicação das pesquisas em filosofia atualmente conduzidas no Brasil quanto à colaboração intensiva para realizar, mesmo diante do considerável trabalho envolvido, nossas atividades de maneira colegiada.

Boa leitura!

Diretoria ANPOF

Sumário

<i>Apresentação</i>	13
Autonomia da ação na era de <i>Big Data</i> e Humanidades Digitais	
<i>Maria Eunice Q. Gonzalez & Mariana C. Broens</i>	15
Cérebro como agente e pessoa como guia de ação	
<i>Jonas Gonçalves Coelho</i>	33
Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem	
<i>Francisco Hélio Cavalcante Félix</i>	51
A minha e as outras mentes em uma perspectiva de segunda pessoa	
<i>Juliana de Orione Arraes Fagundes</i>	77
Davidson, McDowell e a ameaça idealista	
<i>Marco Aurélio Sousa Alves</i>	93

Apresentação

Neste volume, reunimos uma pequena amostra dos trabalhos realizados pelos membros do GT Filosofia da Mente e da Informação. Alguns dos trabalhos aqui publicados foram apresentados no XIX Encontro Nacional da ANPOF, realizado em Goiânia, de 10 a 14 de outubro de 2022, outros são inspirados ou se relacionam com trabalhos apresentados em tal encontro.

O GT Filosofia da Mente e da Informação tem hoje 22 anos de existência, tendo figurado pela primeira vez nos encontros da ANPOF em 2002. Desde então, foram muitos os temas tratados, passando por questões acerca da causação mental, do fisicalismo, da metafísica da consciência, da intencionalidade mental, da teoria da ação e da agência moral etc. Mais recentemente, a teoria da complexidade e da informação ganhou maior destaque e estudos acerca da dimensão ética das novas tecnologias informacionais se tornaram cada vez mais comuns.

Os textos aqui publicados representam bem os temas historicamente tratados pelo GT, incluindo questões fundacionais relativas ao fisicalismo e à causação mental, bem como questões trazidas pela neurociência e relativas à teoria da ação e da compreensão de outras mentes, bem como implicações éticas das novas tecnologias digitais.

É com grande satisfação que publicamos este volume, com o qual o GT Filosofia da Mente e da Informação pretende contribuir para a pesquisa acadêmica na área e para a comunidade filosófica brasileira de forma mais ampla.

Organizador

Autonomia da ação na era de *Big Data* e Humanidades Digitais

Maria Eunice Q. Gonzalez¹ & Mariana C. Broens²

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.109.01>

1 Introdução

O que há de especial na ação autônoma humana na era de *Big Data*? Máquinas podem demonstrar graus de autonomia em suas interações com o ambiente? Que contribuições as Humanidades Digitais podem trazer para compreender impactos das novas tecnologias da informação e da comunicação sobre a ação autônoma? Essas questões direcionam o presente capítulo, no qual propomos uma reflexão filosófico-interdisciplinar sobre aspectos das ações autônomas sob a influência de sistemas informacionais mecânicos complexos, como robôs alimentados por recursos de *Big Data* e aprendizagem de máquina.

A autonomia da vontade é, em geral, caracterizada em conexão com a ação livre, que expressa a capacidade racional de tomar decisões bem-informadas e sem coação. Ainda que a capacidade de escolha possa desempenhar um papel na autonomia da ação humana, nas áreas da Ciência Cognitiva e da Robótica não se estabelece um vínculo necessário entre autonomia da vontade e autonomia da ação. Em vez disso, graus de autonomia podem ser atribuídos à ação de um sistema em relação à sua capacidade de agir independentemente de um controle externo,

¹ Professora do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-Marília). Apoio CNPq. E-mail: eunice.gonzalez@unesp.br.

² Professora do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-Marília). Apoio CNPq. E-mail: m.broens@unesp.br

contínuo, na realização de tarefas. Nesse sentido, problemas pragmáticos e éticos, relacionados aos efeitos de recursos digitais na ação autônoma, serão abordados, com ênfase nas possíveis consequências do uso, por empresas como *Google*, *Microsoft*, *Meta* e *Amazon*, de informação “gratuita” coletada de miríades de eventos sociais humanos ocorridos no âmbito digital.

Neste capítulo propomos uma abordagem introdutória, voltada para o leitor não especializado, ao estudo dos problemas acima mencionados nas áreas de Humanidades Digitais e Filosofia da Tecnologia, em três seções: na primeira, apresentamos uma concepção minimalista de autonomia que contempla interações entre máquinas, animais humanos e não humanos. Em seguida, discutimos a natureza e a qualidade da informação disponível em análises de *Big Data*, incrementadas por desenvolvimentos na área de Humanidades Digitais, com foco em seu papel nos sistemas de recomendação. Por fim, apresentamos uma proposta, na área da ética informacional, com o objetivo de indicar normas básicas para regulamentar a pesquisa em Humanidades Digitais e *Big Data*, respeitando a dinâmica da formação da opinião e da ação autônoma humana individual e coletiva.

2 Uma concepção minimalista de autonomia

Para o propósito de reflexão sobre os problemas: (P₁) O que há de especial na ação autônoma humana na era de *Big Data*? (P₂) Máquinas podem mostrar graus de autonomia em suas interações com o ambiente? e (P₃) Que contribuições as Humanidades Digitais podem trazer para compreender impactos das novas tecnologias da informação e comunicação sobre a ação autônoma? Caracterizamos, provisoriamente, autonomia em sistemas de processamento de informação, a partir da definição proposta por Gonzalez (2017), nos seguintes termos:

Um sistema orgânico ou inorgânico, *S*, terá algum grau de autonomia se pelo menos duas condições forem satisfeitas: (1) *S* possui informação relevante de oportunidades de escolha para suas ações; (2) *S* tem a capacidade de ajustar suas ações e efetuar escolhas, independentemente de pressões coercitivas.

Se as condições (1) e (2) forem satisfeitas, a autonomia pode ser caracterizada como a capacidade de *S* realizar tarefas e decisões independentes, livres de determinantes impostos em cada etapa de interações com o ambiente, de modo que sua ação seja (ou possa ser) autogovernada com base em informação relevante para a tarefa a ser executada. O estabelecimento de critérios de relevância é de difícil tratamento, mas entendemos que ele depende do contexto no qual as tarefas e decisões habituais se apresentam em variadas situações no plano da ação individual e coletiva.

A caracterização minimalista de autonomia acima proposta contempla sistemas, orgânicos e inorgânicos, metadirecionados que possuem a capacidade de gerar e captar informação para agir segundo disposições adquiridas através de hábitos (aqui compreendidos como tendências à repetição). Nessa perspectiva, entendemos que máquinas podem mostrar graus de autonomia ao realizarem tarefas que não exigem o controle passo a passo de seus processos de resolução. Robôs com diversos graus de autonomia podem ser encontrados, por exemplo, nas artes digitais, com a criação do robô Ai-da, que produz pinturas em exposição no Egito, a partir de *inputs* gerais fornecidos por seus expectadores; a robô Sofia que dialoga com seus interlocutores a partir de estruturas linguísticas flexíveis com graus de autonomia no diálogo, gerando inclusive a ilusão de uma conversa significativa em suas interações com as pessoas. Na área bélica já existem, há pelo menos uma década, aviões com graus de autonomia para identificarem e atirarem em alvos, como o *Taranis*, um veículo aéreo de combate utilizado pelo Reino Unido, treinado para reconhecer e ajustar autonomamente seus trajetos

e alvos. Desafortunadamente, aviões não tripulados e drones com vários graus de autonomia são componentes fundamentais na dinâmica das guerras na contemporaneidade. Por fim, cabe mencionar os recentes *softwares* de inteligência artificial (doravante IA), como o *ChatGPT* (*Generative Pre-Trained Transformer*), que opera respondendo a perguntas feitas por usuários na forma de conversações em linguagem natural (Lock, 2023), utilizando cálculos de probabilidades (por exemplo, é mais provável a sequência de palavras “o gato deitou na poltrona” do que “a poltrona deitou no gato”) e técnicas de análise de grandes dados.

Na vida cotidiana, robôs domésticos já estão atuando em espaços urbanos, com algum grau de autonomia, além de sistemas de recomendação que aprendem a reconhecer padrões de consumo de usuários de redes digitais, através de algoritmos de busca de informação, cujo objetivo é prever o comportamento desses usuários, visando o fornecimento de recomendações para itens com potencial de consumo (Milano, 2020). Sistemas de recomendação auxiliam seus usuários na tomada de decisões, que variam desde a aquisição de passagens, reservas de hotel, livros, artigos científicos, entre muitas outras. Tais recomendações são elaboradas por robôs virtuais, alimentados por grandes dados que indicam o perfil do usuário, seu histórico de compras, as características das tarefas e de seus objetos de busca.

Ainda que o desenvolvimento de robôs com diferentes graus de autonomia possa trazer vantagens para a sociedade humana, também pode acarretar problemas pragmáticos e éticos sobre privacidade, vigilância, atribuição de responsabilidades por eventuais consequências do uso desautorizado de dados, entre outros que discutiremos adiante (Zuboff, 2019; Brayne, 2017; Marx, 2016).

A noção de privacidade varia de acordo com os contextos culturais; na cultura ocidental, por exemplo, predomina o desejo dos

indivíduos de selecionar aqueles que devem ter acesso à informação que se considera importante. Nesse sentido, a privacidade humana expressa também um grau de autonomia: idealmente, deve-se poder controlar as informações que se deseja tornar públicas. Em contraste, como indicado por Capurro (2010, 2012), as culturas orientais, em sua maioria, não valorizam a privacidade individual, colocando os interesses coletivos acima dos privados. Em ambos os casos, entretanto, graus de autonomia humana podem ser afetados pela existência de robôs autorregulados que manipulam informação, muitas vezes de forma sigilosa, interferindo na dinâmica comunicativa de indivíduos e coletividades.

Em resumo, de acordo com a caracterização minimalista proposta, informação relevante e confiável desempenha um papel central nos graus de autonomia (individual e coletiva) de sistemas para a tomada de decisões em espaços de possibilidades balizados pela atividade de realização de tarefas. Nesse sentido, não apenas seres vivos, mas também máquinas podem mostrar graus de autonomia em suas interações com o ambiente na realização de tarefas. No caso de ações individuais ou coletivas de animais humanos, e não humanos, graus de autonomia se manifestam de acordo com disposições próprias, que indicam eficiência e possibilidades de escolha³.

No plano coletivo humano, normas morais e jurídicas são incorporadas, idealmente através de processos auto-organizados, possibilitando a maximização de interesses comuns que se manifestam no estabelecimento da autonomia da ação, dependendo de acordos mútuos com base em informação confiável. Uma dificuldade na caracterização minimalista de autonomia aqui proposta diz respeito aos

³ Não aprofundaremos aqui o fascinante tema da natureza ontológica das disposições. Para o momento cabe ressaltar que disposições pertencem ao plano das relações que, quando se atualizam, propiciam a emergência de eventos no mundo, variando de eventos simples, como no caso da solubilidade do açúcar que, em condições específicas, apresenta a disposição de se dissolver em contato com a água, até disposições de conflitos sociais que se atualizam em condições favoráveis.

critérios de relevância adotados na seleção de informação confiável, em especial a informação alimentada por técnicas de análise de *Big Data* na área de Humanidades Digitais. Essa dificuldade será discutida nos tópicos que se seguem.

3 Humanidades Digitais, *Big Data* e Autonomia

De acordo com a caracterização minimalista proposta da autonomia (individual e coletiva), informação relevante e confiável desempenha um papel fundamental na realização de tarefas com graus de autonomia. Porém, conforme indicado, o critério de relevância a ser adotado, na seleção e verificação da confiabilidade da informação disponibilizada para o exercício da autonomia, constitui um problema de difícil solução. Essa dificuldade, longe de ser resolvida, será aqui analisada no contexto de Humanidades Digitais, atualmente alimentada por recursos de Computação ubíqua (que possibilita a coleta ininterrupta de dados e informação disponíveis no ambiente, por vezes de forma imperceptível) e técnicas de análise de *Big Data*, aplicando os princípios do *panóptico* proposto por Jeremy Bentham (1995).

A expressão *Big Data* tem sido comumente usada para caracterizar a massiva quantidade de dados em termos de vários *V's*: Variedade, Velocidade, Valor, Veracidade, Variabilidade, entre outros. Essa expressão também é empregada em referência a uma área de pesquisa que envolve recursos computacionais e algoritmos potentes para efetuar a coleta, mineração, análise e modelagem de quantidades massivas de dados em tempo real, a partir das mais variadas fontes. Cabe ressaltar que, por si só, o enorme volume de dados coletados somente possui valor quando é filtrado e analisado para algum propósito. Conforme ressaltam Gandomi e Haider (2015, p. 137-144):

No vácuo, *Big Data* são inúteis. Seu valor potencial é desbloqueado apenas quando aproveitado para impulsionar a tomada de decisões [...] envolvendo processos eficientes para transformar grandes volumes de dados, diversos e dinâmicos, em *insights* significativos.

A passagem acima indica a importância do critério de relevância a ser adotado, na seleção e verificação de massiva quantidade de dados, em geral desestruturados, que são coletados, filtrados e analisados de acordo com tarefas realizadas em ambientes digitais. Entendemos que é igualmente importante a reflexão sobre critérios de relevância empregados atualmente na área de Humanidades Digitais, que utiliza recursos de *Big Data*, entre outros, em suas atividades de pesquisa.

O termo Humanidades Digitais foi oficializado em maio de 2010, no primeiro *THATCamp* ocorrido em Paris. *THATCamps* são encontros abertos, de livre acesso entre estudiosos de ciências humanas, cientistas e técnicos de computação, cujo objetivo é a valorização da diversidade inclusiva, na tentativa de evitar o “colonialismo científico”. Nesse encontro, conforme indicado por Dacos (2011), foi elaborado o *Manifesto das não-conferências das Humanidades e Tecnologia*, com algumas das características resumidas a seguir (<https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais>):

1. Não existem expectadores nas não-conferências — todos os envolvidos participam ativamente, inclusive na elaboração da agenda, provisória, do evento
2. Os encontros são informais — não há apresentação de palestras, comunicações ou *posters*, mas apenas discussões espontâneas, com agenda criada na hora pelos participantes
3. Ênfase é dada à produção de novidades nas parcerias entre cientistas humanos e técnicos de computação e a criação de centros de pesquisas.

As demais características dos *THATCamps*, ocasião em que foi proposta a expressão *Humanidades Digitais*, tornam explícito o desejo de se descentralizar a informação disponível no senso comum e nas humanidades em geral, viabilizando uma interação aberta entre áreas da computação e as mais variadas comunidades e culturas.

Embora não haja ainda um consenso sobre a definição de Humanidades Digitais, há um entendimento de que se trata de uma área em desenvolvimento que tem suas raízes no projeto *Computação em Humanidades*, instaurado na década de 1950. Atualmente ela envolve práticas colaborativas inter/multi/transdisciplinares entre pesquisadores da antropologia, artes e letras, ciência cognitiva, computação, filosofia, inteligência artificial, psicologia, história, arqueologia, geografia, sociologia, direito, dentre outras. Conforme ressalta Drucker (2013): as Humanidades Digitais constituem um campo de investigação que reúne, além de teorias, práticas metodológicas, repositórios e *sites online* contendo quantidades substanciais de materiais primários, recursos digitais para análise, processamento e uso de arquivos de texto, áudio, vídeo e imagem. Ênfase é dada à elaboração de modelos computacionais, a partir de dados disponíveis em fontes textuais, sistemas de informação geográfica, patrimônio cultural, científico e técnico, arquivos orais, entre outros, que são coletados, minerados, estruturados e analisados para diferentes fins.

Com o rápido desenvolvimento de recursos de aprendizado de máquina e *Big Data*, pesquisadores das Humanidades Digitais começam a ser questionados sobre os rumos, consequências e possibilidades de suas pesquisas, conforme indicado abaixo por Mark Hall:

Acredito que o verdadeiro valor das humanidades digitais só pode ser alcançado se o termo for usado em uma definição estendida que vá além daqueles que estão interessados em desenvolver métodos e algoritmos para abranger dados e usuários de ferramentas. Para esse grupo mais amplo de pesquisadores, precisamos argumentar porque eles devem

adicionar aspectos digitais à sua pesquisa, mas, mais importante, eles precisam estar cientes dos principais riscos que a adição de métodos computacionais ao seu repertório de métodos de pesquisa apresenta. Uma consciência dos prós e contras das metodologias computacionais permitirá que eles julguem corretamente o impacto das ferramentas digitais que estão empregando nos resultados que observam e nas conclusões que podem tirar (Hall, 2020, p. 47-48).

Em concordância com Hall (2020), entendemos que a área de Humanidades Digitais, oficialmente inaugurada com um ideal de valorização da diversidade científica e cultural, possui recursos para auxiliar na sugestão de critérios de relevância para a seleção de informação que alimente a ação humana autônoma; trazendo, assim, contribuições para a reflexão em filosofia aplicada, que se expande na parceria entre ciências humanas e sociais, computação e ciência de dados, com implicações epistemológicas, pragmáticas e éticas.

4 Desafios éticos das Humanidades Digitais: um olhar na perspectiva da Ética Informacional

A Ética Informacional constitui uma nova área da filosofia prática que nasce no mesmo contexto teórico da virada informacional da filosofia, tal como caracterizada por Frederick Adams (2003). Segundo Adams (2003), problemas filosóficos resultantes de novos fenômenos informacionais levantam questões sobre as quais a reflexão filosófico-interdisciplinar precisou se debruçar, especialmente a partir dos anos de 1950. A Ética informacional pode ser caracterizada como uma área da filosofia prática que focaliza as relações entre a criação, organização, disseminação e utilização de informação e os padrões éticos e preceitos morais que orientam a conduta humana em sociedade (Quigley, 2007; Collmann; Matei, 2010; Floridi, 2013; Capurro, 2021).

Problemas éticos envolvendo fenômenos informacionais têm se mostrado especialmente desafiadores devido às características da

realidade virtual resultantes da propagação das tecnologias da informação e de seu uso generalizado em interações sociais humanas de vários tipos. Dentre tais problemas, cabe mencionar: a privacidade no contexto digital, especialmente na cultura ocidental, a vigilância generalizada efetuada por meio de recursos da computação ubíqua, a coleta e análise de dados de usuários das tecnologias informacionais através de técnicas de *Big Data*, o direcionamento do processo de formação da opinião pública nas redes sociais digitais por meio de textos enganosos, a utilização dessas redes para promover impunemente discursos de ódio e outros crimes, citando apenas alguns dos principais.

No contexto informacional contemporâneo, o estabelecimento de normas para regulamentar as pesquisas utilizando *Big Data*, de modo a propiciar a formação de opiniões bem-informadas e a ação autônoma a elas concomitante, surge como um dos desafios centrais para as Humanidades Digitais em parceria com a Ética da Informação e o Direito. Tal desafio se coloca, principalmente, nos casos em que dados fornecidos em plataformas da internet pelos seus usuários para um certo fim passam a ser reutilizados, recombinaados e reanalisados para propósitos diversos, dos mais variados, frequentemente sem o consentimento de seus usuários, para a obtenção de vantagens políticas e financeiras (Collman *et al.*, 2019). A possibilidade de atribuição de responsabilidades por eventuais consequências danosas do uso desautorizado de dados fora do contexto original torna-se muito difícil no âmbito da realidade virtual.

Ao contrário dos espaços geográficos, cujas fronteiras nacionais propiciam uma organização social e política com delimitações e formas de controle ético e jurídico que permitem a atribuição de responsabilidades, o espaço digital da realidade virtual carece de delimitações territoriais. Sendo transnacional e fluida, a natureza da realidade virtual dificulta o estabelecimento de regras de controle e a responsabilização daqueles que as ferirem, uma vez que seria necessário

um acordo global para que uma efetiva regulamentação fosse implementada com eficácia.

Há iniciativas como a da União Europeia de regulamentar os serviços oferecidos na internet para garantir “um acordo político sobre regras que assegurem um ambiente *online* seguro e responsável”, como aponta a Lei de Serviços Digitais, aprovada em abril de 2022 pelo Parlamento Europeu. Tal regulamentação tem como principal objetivo evitar abusos comumente praticados por grandes plataformas da internet, especialmente no que tange à: 1. reutilização de dados considerados sensíveis; 2. disseminação de conteúdos enganosos; 3. propaganda direcionada usando dados pessoais, como orientação sexual ou crenças políticas e religiosas, informados para outras finalidades; 4. estratégia de autofavorecimento que impede a livre concorrência no espaço virtual. Além disso, a nova regulamentação proíbe a divulgação de conteúdo ilegal e que incite a prática de crimes, a publicidade direcionada para menores de idade, a propaganda enganosa, os discursos de ódio, dentre outros ilícitos, sob pena de companhias como *Google*, *Microsoft* e *Meta* terem que pagar multas bilionárias. Inclusive, uma reunião ocorreu recentemente em Chatley, UK, com membros da União Europeia, China, entre outros, que tentam regulamentar pesquisas na IA e os serviços oferecidos na internet.

No entanto, a efetiva eficácia da regulamentação europeia é discutível, uma vez que, por exemplo, embora seja relativamente fácil caracterizar o que constituiriam crimes digitais, é tecnicamente muito difícil definir previamente um critério de relevância para selecionar o que seria um conteúdo danoso, também alvo da regulamentação europeia. Além disso, tal regulamentação enfrenta outros problemas para sua implementação, uma vez que, mesmo se as grandes plataformas cumprirem adequadamente as normas reguladoras, a chamada *dark web*, cujo acesso atualmente é mais restrito e precisa de ferramentas e configurações específicas, mas fornece condições de anonimato que

podem burlar a regulamentação, frustrando os legisladores europeus em seus objetivos de coibir o uso pernicioso da rede internet.

Diante de desafios enfrentados pela Ética Informacional em relação ao problema P₃, sobre contribuições das Humanidades Digitais para a compreensão de impactos das novas tecnologias na ação autônoma, entendemos que estudos nessa área, em parceria com a filosofia prática e o direito, podem contribuir para diminuir a influência negativa de tais tecnologias na ação autônoma. Em especial, essa parceria pode ser fértil no estudo de problemas que envolvem o impacto das técnicas de *Big Data* em hábitos de conduta social e a decorrente interferência na autonomia de usuários de redes sociais digitais em que proliferam conteúdos enganosos e malevolentes.

Nesse sentido, uma das principais tarefas das Humanidades Digitais, em conjunto com a filosofia e uma educação midiática, seria promover um distanciamento crítico que permita a compreensão de várias estratégias utilizadas por agentes produtores e disseminadores de conteúdos enganosos para obter vantagens políticas e financeiras ao direcionar o processo de formação da opinião de usuários das redes sociais. Um denominador comum a essas estratégias direcionadoras da opinião é o propósito de distorcer a percepção da realidade de usuários da rede, alienando-os, transformando-os em consumidores acríticos de textos enganosos, por exemplo, por meio de argumentos falaciosos, falas tendenciosas, truncadas ou mentirosas, imagens editadas ou retiradas do contexto.

A importância do distanciamento crítico para desalienar os consumidores de textos e imagens enganosos é ilustrada por vários exemplos de influenciadores digitais que, no Brasil e no exterior, depois de serem seguidos nas redes sociais por milhões de usuários, são abandonados por seus seguidores. Esse é o caso, por exemplo, de situações em que informação confiável revela condutas inconsistentes do

influenciador com seu perfil público, a criação ou manipulação de situações para favorecê-lo ou o vínculo do influenciador com algum interesse econômico, político ou intenção malevolente anteriormente desconhecidos pelo público. Quando ocorre a divulgação de informação que entra em conflito com expectativas (éticas, políticas, religiosas, por exemplo) do público, dependendo de sua gravidade, o influenciador digital pode perder milhares de seguidores, perdendo também a monetarização que lhe fornece ganhos financeiros ou ser banido de redes sociais por mecanismos de controle de conteúdo das próprias redes ou por decisão judicial.

O distanciamento crítico promovido pelos estudos de filosofia aplicada às Humanidades Digitais exemplifica, em nosso entendimento, um critério de relevância fundamental para alavancar a aprendizagem de possíveis implicações sociais, éticas e políticas do consumo de informação digital não confiável. A aplicação desse critério pode auxiliar no entendimento de consequências da participação, nem sempre intencional, do compartilhamento acrítico de imagens e textos enganosos em redes sociais digitais. Em especial, cabe ressaltar a importância de se adotar uma postura de prudência epistêmica diante de textos e imagens: (1) cujas fontes não sejam explicitadas e verificáveis; ou que (2) recorram a falácias informais, isto é, a falhas no raciocínio que emergem de proposições de alguns tipos de argumento (como ocorre, por exemplo, nas falácias contra a pessoa e de repetição assertiva); (3) explorem e reforcem disposições preconceituosas; (4) propiciem emoções negativas ou induzam a condutas violentas; (5) utilizem estratégias discursivas que promovam o ódio contra uma classe social, um grupo étnico, de gênero ou de minorias vulneráveis.

O distanciamento crítico, concebido como um critério de relevância a ser adotado, não apenas no contexto das Humanidades Digitais, extrapola a aprendizagem de capacidades de natureza racional, inferencial e o conhecimento sobre as várias capacidades das tecnologias

de informação e comunicação. Esse distanciamento envolve também uma espécie de educação emocional para a eleição de novos critérios de relevância na percepção de práticas enganadoras no contexto das interações digitais. Para promover uma educação emocional dos consumidores de conteúdos enganosos nas redes de informação, parece necessário exemplificar consequências de práticas malevolentes. Dentre essas práticas ressaltamos, por exemplo, o resultado da falsa imputação de um crime contra a reputação de uma pessoa que culminou com seu suicídio; a promoção de ações violentas que terminaram em feminicídio ou homicídio; a defesa de posturas supremacistas que promovem atrocidades contra grupos étnicos, inclusive crianças. Vários outros exemplos de condutas ética e juridicamente reprováveis, promovidas em redes sociais, podem ser constatados, em especial aqueles que insuflam a indiferença emocional ao sofrimento alheio. A indiferença emocional pode eventualmente ser combatida quando ela resulta da falta de informação sobre as consequências práticas da produção e disseminação de imagens e textos enganosos, intrinsecamente malevolentes, nas redes sociais digitais.

Em síntese, a Ética da Informação trata de problemas decorrentes de novos fenômenos informacionais, em especial, de desafios postos pelo uso malevolente das tecnologias de informação para obter vantagens políticas ou financeiras, ou ainda pelo uso não autorizado de dados dos usuários da rede internet. Sugerimos que a adoção de um critério de relevância, no contexto de uma educação midiática, pode contribuir para o desenvolvimento de distanciamento crítico que auxilie os usuários da rede internet a compreender estratégias enganosas de direcionamento da conduta que tolhem sua autonomia. Em particular, sugerimos que uma educação emocional pode propiciar o desenvolvimento de habilidades empáticas que permitam àqueles usuários, emocionalmente indiferentes ou alienados, compreender o impacto e as possíveis implicações da

produção e compartilhamento de imagens e textos enganosos para os agentes e a sociedade.

5 Considerações finais

Iniciamos este capítulo enunciando as questões que direcionaram a presente reflexão: O que há de especial na ação autônoma humana na era de *Big Data*? Máquinas podem mostrar graus de autonomia em suas interações? Que contribuições as Humanidades Digitais podem trazer para compreender impactos das novas tecnologias sobre a ação autônoma? Conforme indicado na seção I, entendemos que máquinas, em especial robôs, podem mostrar atualmente diversos graus de autonomia, no sentido minimalista aqui proposto, na realização de tarefas, uma vez que tenham a capacidade de se ajustar a situações não previstas inicialmente em sua programação. Contudo, a capacidade de realizar uma análise crítica responsável de suas ações, através de um distanciamento reflexivo e uma educação emocional, permanece como uma capacidade humana mesmo na era das novas tecnologias da informação e de *Big Data*, diferenciando-a de ações de robôs com algum grau de autonomia.

No que diz respeito às contribuições das técnicas de análise de *Big Data* empregadas nas Humanidades Digitais, cabe ressaltar que essas técnicas são capazes, por exemplo, de prever e evitar ocorrências de conduta social criminosa, como no caso hipotético de um cruzamento de dados de alguém comprando uma arma, enfrentando um divórcio contencioso e abastecendo seu carro em local próximo do endereço de ex-cônjuge. O registro da sequência de eventos em tempo real, cujos rastros digitais acionam de modo automatizado um alerta policial, pode auxiliar na prevenção de um delito fatal (Mayer-Schöberger; Cukier, 2013).

Além disso, as tecnologias de *Big Data* podem auxiliar o processo de tomada de decisão bem-informada que propicia o exercício de autonomia da ação, inclusive em espaços virtuais, evitando condutas meramente reativas, frequentes em interações sociais digitais. Pesquisas em Humanidades Digitais no domínio de educação midiática podem contribuir para promover um distanciamento crítico dos usuários de tecnologias de informação. Entendemos que, munidos do critério de relevância do distanciamento crítico, usuários de tecnologias podem ampliar a compreensão de estratégias maliciosas, frequentes nas interações digitais e, efetivamente, virem a atuar com um grau razoável de autonomia, evitando enganos malevolentes resultantes de informação não confiável.

No entanto, as mesmas tecnologias que propiciam recursos para o exercício da ação autônoma em espaços digitais, também podem impor formas de vigilância social ubíqua que inibem a espontaneidade dos agentes sociais em situações cotidianas, promovendo hábitos sociais baseados em desconfiança mútua. Quando essas técnicas de vigilância são operadas por instituições, sem o emprego de um critério de relevância, ficam comprometidas a proteção e garantia institucional para evitar sua utilização abusiva. Em estados totalitários, técnicas de *Big Data* podem ser utilizadas para evitar contestações e críticas legítimas diante de abusos das forças de segurança e controle social, restringindo o grau de autonomia individual e coletiva dos agentes.

Por fim, ressaltados aspectos positivos e negativos das técnicas de *Big Data*, cujos exemplos foram aqui apresentados, entendemos que o distanciamento crítico e uma educação midiática, balizada pelo combate a estratégias malevolentes que se servem de tais técnicas nas interações digitais, podem contribuir para que essas estratégias percam sua eficácia. Nesse cenário, ainda utópico, pesquisas na área de Humanidades Digitais poderiam contribuir para que usuários da rede internet interajam tendo como principais princípios norteadores a confiança e o respeito mútuo.

Entendemos que esses princípios podem servir como balizadores iniciais de critérios de relevância na seleção de informação que nutram e fortaleçam os graus de autonomia, individual e coletiva, da ação humana na era de *Big Data*.

Referências

ADAMS, F. The informational turn in philosophy. In: *Minds and Machines*, v. 13, n. 4, 2003.

BENTHAM, J. *The Panopticon Writings*. Ed. Miran Bozovic. London: Verso, 1995. Retrieved November 12, 2012, from <http://cartome.org/panopticon2.htm>.

BRAYNE, S. Big Data Surveillance: The Case of Policing. In: *American Sociological Review*, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0003122417725865>. Access: 25 Dec. 2017.

CAPURRO, R. Desafíos teóricos y practicos de la ética intercultural de la información. In: *E-Book do I Simpósio Brasileiro de Ética da Informação*. João Pessoa: Idea, 2010.

CAPURRO, R. Informação e ação moral no contexto das Tecnologias de Comunicação. In: *Informação, conhecimento e ação ética*. Orgs. GONZALEZ, Maria. E. Q. BROENS, Mariana, C. MARTINS, Clélia. A. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

CAPURRO, R.; BARITÉ, M. Prólogo y anticipación crítica del dossier sobre Ética de la Información. Informatio. In: *Revista Del Instituto De Información De La Facultad De Información Y Comunicación*, v. 26, n. 1, 2021. Disponível em <https://informatio.fic.edu.uy/index.php/informatio/article/view/305>.

COLLMANN, J.; MATEI, S. (Eds.). *Ethical Resoning in Big Data: An exporatory Analysis*. Swizerland, Springer, 2016.

DACOS, M. *Manifesto das Humanidades Digitais*, 2011. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>. Acesso em: 25 set. 2021.

FLORIDI, L. *Information Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GANDOMI, A.; HAIDE, M. Beyond the hype: Big data concepts, methods, and analytics. In: *International Journal of Information Management*, n. 35, 2015.

GONZALEZ, M. E. Autonomous action in complex mechanical systems: a real dilemma? In: *Cognitive Science: Recent Advances and Recurring Problems*. Adams, Pessoa & Kogler (Eds). Vernon Press, 2017.

HALL, M. Opportunities and Risks in Digital Humanities Research. In: Carius. H. (Hg.); Prell, M. (Hg.), Smolarski, R. (Hg.). *Kooperationen in den digitalen Geisteswissenschaften gestalten*. Göttingen: V & R Unipress, 2020.

LOCK, S. What is AI chatbot phenomenon ChatGPT and could it replace humans?. In: *The Guardian*. Archived from the original on January 16, 2023. Acesso em: nov. 2023.

MARX, G. T. *Windows into the Soul: Surveillance and Society in an Age of High Technology*. Chicago: University of Chicago Press., 2016. (*apud* Brayne, 2017).

MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. *Big Data: a revolution that will transform how we live, work and think*. Boston, New York: Eamon Dolan book / Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MILANO, S.; TADDEO, M.; FLORIDI, L. Recommender systems and their Ethical Challenges. In: *AI & Soc*, n. 35, 2020.

QUIGLEY, M. (Ed.) *Encyclopedia of Information Ethics and Security*. Hersley: Idea Group Reference, 2007.

ZUBOFF, S. *The age of surveillance capitalism*. Public Affairs Hachette Book Group, NY, 2019.

Cérebro como agente e pessoa como guia de ação

*Jonas Gonçalves Coelho*¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.109.02>

I

Qual é a função do cérebro? Essa é a questão central, o fio condutor do presente ensaio. O cérebro possui, de fato, várias funções. Sabe-se que o cérebro, juntamente com o tronco cerebral e o cerebelo, é parte do encéfalo, órgão do sistema nervoso central, o qual tem a função de regular **inconscientemente e automaticamente** a atividade de outros sistemas corpóreos, tais como o sistema endócrino, o sistema cardiovascular, o sistema respiratório, o sistema digestório, o sistema sensorial e o sistema muscular, os quais, por sua vez, influenciam significativamente a atividade cerebral. Cada um desses sistemas é constituído por estruturas que desempenham funções que são essenciais para o organismo.

Por exemplo, as glândulas gonadais produzem os hormônios sexuais masculinos e femininos, o coração bombeia o sangue, o pulmão realiza a troca gasosa contribuindo para a distribuição de oxigênio a todas as células e tecidos do corpo, os rins filtram o sangue, o intestino delgado realiza a absorção dos alimentos, o fígado ajuda na digestão com a produção da bile, o estômago atua na digestão dos alimentos, a pele, além de ser uma barreira de proteção contra micro-organismos invasores, atua

¹ Professor e orientador no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, São Paulo. E-mail: jonas.coelho@unesp.br

na prevenção da perda de água e proteínas para o meio externo, os órgãos sensoriais possibilitam a percepção do corpo e do ambiente externo ao corpo, os músculos implementam os movimentos involuntários e voluntários.

Além da regulação **inconsciente e automática** de inúmeras funções dos outros sistemas corpóreos, postularei neste ensaio, baseado na interpretação dos resultados de pesquisas neurocientíficas, que o cérebro tem como função a consciência, em suas várias formas e conteúdos. Com isso quero dizer que a existência da consciência depende **imediatamente** da estrutura e funcionalidade do cérebro e que a consciência, em interação com as outras partes do corpo e, por meio deste, com o ambiente físico e sociocultural externos ao corpo, é tão imprescindível para a sobrevivência do organismo quanto a regulação cerebral automática e inconsciente dos outros sistemas corpóreos. E a consciência é imprescindível para a sobrevivência do organismo na medida em que ela serve como um guia para decisões e ações voluntárias do cérebro agente.

Proponho-me a justificar as teses de que a consciência é função e guia de ação do cérebro, sendo este a causa imediata daquela e o agente que a utiliza para implementar suas decisões e ações voluntárias, a partir da consideração de duas abordagens concorrentes, a saber: 1. **O organismo é o agente**, e não o cérebro. 2. **A pessoa é o agente**, e não o cérebro. Responderei, inicialmente, à primeira objeção, fundamentando, desse modo, a resposta à segunda objeção.

II

Por que, em se tratando da consciência e da agência, privilegiar o cérebro em detrimento de outras partes do corpo, ou do organismo como um todo? Apresentarei aqui apenas algumas dentre as inumeráveis

justificativas fundamentadas em pesquisas neurocientíficas. Primeiramente, gostaria de destacar um dado fundamental sobre a neuroanatomia corporal, a saber, todas as **informações sensoriais**, provenientes das mais diversas estruturas corporais, são transmitidas pelos nervos espinhais e cranianos para áreas específicas do córtex cerebral — córtex visual, auditivo, olfativo, gustativo, somatosensorial etc. —, e só então acontecem as experiências conscientes sensoriais, tais como as sensações visuais, auditivas, olfativas, gustativas, táteis, interoceptivas, propioceptivas e nociceptivas. Cabe destacar que o giro pós-central primário do cérebro contém uma mapa somatosensorial de todo o corpo, mapa de Peinfeld.

Outro dado fundamental é que muitas informações sobre os estados corporais, por exemplo, os estados homeostáticos envolvendo níveis de temperatura corporal, volume de água e sal, assim como os níveis de nutrientes no organismo, são levadas por mensageiros neuronais e hormonais a partes especializadas do cérebro, as quais são responsáveis tanto por dispararem respostas automáticas inconscientes voltadas para a regulação homeostática do organismo, quanto sensações conscientes, tais como sensações de frio, calor, sede, fome, também imprescindíveis para a regulação homeostática do organismo. O fato de as informações sensoriais corporais em seu conjunto **convergiem para o cérebro**, e não para nenhuma outra parte do corpo, e de a experiência sensorial consciente **acontecer apenas após eventos cerebrais específicos**, parece-me um forte argumento a favor da tese de que é aí, no cérebro, que a experiência sensorial consciente, em suas várias formas e conteúdos, realiza-se.

Também relevante para se privilegiar o cérebro como realizador da consciência, em detrimento de outras partes do corpo, é o fato de ser possível controlar os níveis de consciência e inconsciência através do uso de medicamentos, tais como os utilizados em pacientes submetidos à anestesia geral. Esses medicamentos, diferentemente dos anestésicos

locais, os quais interrompem as informações nociceptivas antes que elas atinjam o encéfalo, agem diretamente sobre o cérebro causando a inconsciência. Vale mencionar que o retorno à condição de consciência, por exemplo, após um procedimento cirúrgico, também acontece após a utilização de medicamentos com ação específica sobre o cérebro. Esse controle dos níveis de consciência é monitorado por aparelhos, como o encefalógrafo, o qual mede a atividade elétrica neuronal em áreas corticais do cérebro.

Esses aparelhos são também utilizados para monitorar a atividade cerebral durante uma situação diária na qual passamos por diferentes níveis de consciência, a saber, o sono. A atividade cerebral durante o sono normal difere significativamente, quer se esteja sonhando ou não, da atividade cerebral durante o estado de vigília. Além de privilegiar o monitoramento do cérebro, em detrimento de outras partes do corpo, para se identificar a presença ou ausência de consciência durante o sono induzido ou normal, essa é também a principal ferramenta médica utilizada para se estabelecer o momento da morte, isto é, o fim da consciência correlata do fim da atividade cerebral, ainda que outras partes do corpo, como o coração, possam continuar funcionando por algum tempo.

O privilégio do cérebro como **causa imediata da consciência** também se justifica pelo fato de não ser possível qualquer experiência sensorial consciente sem um acontecimento cerebral correlato, correlação esta que não existe, pelo menos na mesma proporção, com nenhuma outra estrutura corpórea. Essa correlação pode ser observada em situações privilegiadas, tais como a estimulação cerebral direta, a experiência de membros fantasmas e as alucinações e delírios psicóticos. Em relação à estimulação cerebral direta, destaca-se a estimulação elétrica, a qual permitiu a Penfield construir o mapa somatosensorial anteriormente citado. Essa estimulação geralmente acontece quando pacientes que sofrem de epilepsia severa e crônica são submetidos à

cirurgia cerebral. Durante esse procedimento, o paciente precisa estar consciente e descrever o que está experimentando, condição necessária para ajudar o médico a encontrar o foco epilético, sem causar danos em outras áreas cerebrais. Tendo o cérebro estimulado por fracas cargas elétricas, os pacientes descrevem as mais diversas experiências sensoriais.

Quanto aos membros fantasmas, os indivíduos relatam experiências sensoriais, tais como coceiras e dores insuportáveis, em membros que não mais possuem. Pesquisas indicam que a causa dessas sensações pode ser a estimulação espontânea de áreas cerebrais — mapa de Peinfeld — relacionadas às áreas corporais amputadas; uma hipótese é que neurônios em áreas vizinhas estão se expandindo e estimulando áreas adjacentes que, devido à perda do membro, não estão mais ativas. Por fim, as alucinações e delírios que ocorrem em estados oníricos, induzidos por drogas e em transtornos psicóticos, indicam que é possível ver, ouvir, sentir cheiro etc., sem qualquer estimulação externa do órgão correspondente à experiência sensorial, o que sugere que esta é inteiramente produzida pela atividade cerebral.

Assim como os fatos apresentados anteriormente indicam que o cérebro tem um papel especial como realizador, mais ainda, como causador imediato da experiência consciente, outros fatos neuroanatômicos indicam que o cérebro também desempenha um papel especial como realizador e causador imediato das ações voluntárias conscientes. Essas, embora envolvam inúmeros órgãos e membros corpóreos, são iniciadas em áreas cerebrais corticais motoras, responsáveis pelo planejamento consciente e comando da ação; destaco o mapa motor de Peinfeld, no córtex motor primário. Assim como o mapa somatosensorial, esse mapa motor foi construído a partir de experimentos de estimulação elétrica direta do cérebro em situações cirúrgicas, sendo confirmado por imagens — ressonância magnética funcional, tomografia computadorizada etc. — do cérebro de pacientes

que sofreram algum tipo de lesão cerebral comprometedor da atividade motora de algum membro corpóreo.

Lembre-se que é diretamente ou proximamente às áreas cerebrais motoras, das quais partem os comandos motores conscientes, que são implantados sensores cuja informação decodificada é enviada por fios, ou eletromagneticamente, permitindo o controle de equipamentos externos ao corpo, tais como computadores, robôs, cadeiras de rodas e exoesqueletos. As técnicas invasivas consistem na implantação de eletrodos diretamente sobre o cérebro. As técnicas não invasivas consistem na colocação de eletrodos sobre o crânio. Refiro-me aqui à incrível tecnologia de interface cérebro-máquina, que tem se desenvolvido muito rapidamente já permitindo que pessoas portadoras de deficiências que as impossibilitam de movimentar as diversas partes de seu corpo possam interagir artificialmente com o meio externo. Não por acaso é o cérebro, e não outros órgãos do corpo, que está conectado às máquinas.

Espera-se que essas tecnologias possam um dia ajudar as pessoas que estejam na terrível condição conhecida como síndrome do encarceramento. Pessoas nessa condição são incapazes de expressar qualquer movimento corporal, embora tenham suas áreas corticais sensorial e motora intactas, o que lhes permite, além de terem inúmeras sensações corporais instanciadas em seus cérebros, tentar e se imaginar realizando movimentos corporais específicos. Vale notar que a síndrome de encarceramento pode acontecer durante um curto espaço de tempo, por exemplo, durante anestesia geral. Muitos pacientes descrevem sensações, muitas delas extremamente dolorosas, durante o período em que foram submetidos à anestesia geral, mas esta não funcionou apropriadamente, inibindo apenas a atividade motora voluntária.

Procurei mostrar até aqui que o cérebro desempenha um papel central como realizador e causador de estados conscientes sensoriais e

motores voluntários. Além disso, outras funções e estados conscientes são também realizados e causados pelo cérebro. Sabe-se que inúmeras disfunções relacionadas a estados volitivos, cognitivos e afetivos/emocionais conscientes são decorrentes de disfunções cerebrais resultantes de traumatismos, tumores, doenças degenerativas do cérebro, consumo de drogas, mal funcionamento de outros órgãos e sistemas corpóreos etc. Incluem-se aí casos mais ou menos graves de distúrbios envolvendo a percepção, a memória, o raciocínio, os estados afetivos e, conseqüentemente, as ações.

Apenas a título de exemplo, cito a doença de Alzheimer, uma patologia degenerativa, envolvendo principalmente as funções cognitivas, memória e raciocínio lógico, que é correlata de uma perda gradual e significativa de massa cerebral, devido à morte de neurônios e conseqüente diminuição de conexões neuronais, chegando essas perdas cerebrais a níveis muito altos, como se observa nas impressionantes imagens pós-morte do cérebro das vítimas desse mal. Essa terrível doença permite-nos observar como o cérebro, em sua estrutura e funcionalidade, e a conseqüente pessoa, que são construídos desde o período pré-natal, são gradativamente desconstruídos. Não há nada de correlato à degeneração das funções cognitivas acontecendo em nenhum outro órgão corpóreo; as outras partes do corpo de um paciente de Alzheimer continuam funcionando normalmente durante um certo tempo, o qual depende do ritmo da evolução da doença.

O conjunto dos fatos acima mencionados, dentre inumeráveis outros descritos na literatura neurocientífica, indicam que o cérebro causa as experiências conscientes cognitivas, afetivas e volitivas, sendo, portanto, o agente. Sem dúvida, depende do corpo para isso e, portanto, do ambiente externo ao corpo. Parece trivial dizer que o cérebro depende do corpo para ter sensações visuais, auditivas, olfativas, gustativas, táteis, nociceptivas, e até mesmo a sensação de possuir um corpo. Qualquer leigo em neurociência e filosofia concordaria que o corpo e o ambiente

externo ao corpo são essenciais para as nossas experiências conscientes. Poderia o cérebro ter essas sensações sem um corpo? Penso que não, pois mesmo as alucinações sensoriais dependem de experiências corporais prévias. Um cego de nascença não poderia alucinar cores. Os conteúdos da memória e da imaginação também são em grande parte construídos a partir de experiências corporais e ambientais. Mesmo considerando um cérebro num tanque, supondo que ele pudesse ter experiências sensoriais conscientes, isso apenas seria possível se ele pudesse receber estimulação que simulasse os estímulos naturais provenientes do corpo e do ambiente externo ao corpo. O cérebro também depende do corpo para ter a sensação consciente de agência, visto que a experiência consciente de ser um agente depende em grande parte e originalmente do *feedback* corpóreo.

Entretanto, o fato de o todo tornar possível e influenciar o funcionamento de suas partes, e de as partes não existirem sem o todo, não é incompatível com o fato de cada uma das partes realizarem funções específicas no todo. Considerando os argumentos mencionados nos parágrafos anteriores, penso que a tese segundo a qual **o cérebro** é a estrutura causalmente e imediatamente responsável pela consciência e pela agência é mais precisa do que o enunciado de que é **o organismo que realiza essas funções**. Pode-se dizer que a função de bombear o sangue é implementada pelo organismo; mas é mais preciso dizer que é uma função específica do coração. Pode-se dizer que a função digestão é implementada pelo organismo; mas é mais preciso dizer que ela é implementada pelo estômago e intestino, e o mesmo a respeito de qualquer outra estrutura e função corpórea.

III

E quanto à tese de que **a pessoa, e não o cérebro**, é o agente? Considere-se inicialmente a noção de pessoa. Para os objetivos deste

ensaio, assumirei que a “pessoa” é constituída por **um conjunto interligado de estados conscientes volitivos, cognitivos e afetivos**². Os **estados volitivos** dizem respeito ao **aspecto motivacional** das decisões conscientes que precedem as ações voluntárias, aquilo que chamamos de **vontade – querer – consciente**. Os **estados cognitivos** referem-se às diversas **formas de consciência, com seus respectivos conteúdos**, tais como as percepções, as memórias, as imaginações, as crenças e os raciocínios. Os **estados afetivos** designam as sensações conscientes de **prazer e desprazer**, tanto as derivadas diretamente de estados corpóreos, nomeadamente, dor, fome, sede, frio, calor, saciedade, sexo etc., quanto as associadas a emoções, por exemplo, medo, raiva, amor, culpa, vergonha, alegria, tristeza etc.

Nos termos assim definidos, e em consonância com o que foi postulado na seção anterior, penso que **a pessoa é construída no cérebro e pelo cérebro** a partir da **interação consciente** com o seu corpo e, através deste, com o ambiente físico e sociocultural. Entendo que essa tese é compatível com as teses de que o corpo e o ambiente físico e sociocultural externos ao corpo têm um papel causal essencial na construção da pessoa, afinal o corpo e o ambiente têm um papel causal essencial na construção do cérebro, causador imediato da existência e modo de ser da pessoa. A rigor, a pessoa que se constrói fisicamente no cérebro **é uma experiência consciente do cérebro** que a suporta, ou seja, é o cérebro que causa e possui a experiência consciente — autoconsciência — de ser um **eu** possuidor de vontades, cognições e afetos, assim como a experiência consciente perceptiva, proprioceptiva e interoceptiva de possuir um corpo e a experiência consciente de este

² Não é meu objetivo neste texto refletir sobre o significado e extensão da noção de “pessoa” relacionados a questões éticas e legais — direitos e obrigações —, em especial, as que dizem respeito ao estatuto de personalidade de animais, fetos, crianças, deficientes mentais etc. Também não tratarei aqui do problema da identidade pessoal, ou seja, se é possível e, sendo o caso, quais são as condições necessárias para que uma pessoa seja considerada **a mesma pessoa** em dois momentos diferentes do tempo.

corpo estar imerso num ambiente externo povoado por outros corpos, animados e inanimados.

Parece-me digno de nota o fato de o cérebro que causa e realiza a pessoa não possuir a experiência consciente de ser **ele mesmo o realizador e causador da pessoa**. Penso que essa falta explique, pelo menos em parte, o fato de se assumir, explicitamente ou implicitamente, a concepção de que a pessoa é propriedade de uma substância imaterial do tipo cartesiano, uma substância consciente distinta e separável do cérebro, do qual receberia estímulos, transformando-os em conteúdos conscientes e por meio do qual interagiria com as outras partes do corpo e, através desse, com o ambiente externo físico e sociocultural. Entendo que é essa visão cartesiana da pessoa que está mais ou menos implícita na tese de que a pessoa, e não o cérebro, é o agente.

Contra essa concepção, volto à posição anteriormente defendida, ou seja, sendo uma experiência consciente do cérebro, a pessoa não poderia por si só, independentemente do cérebro, intencionar, decidir e agir. Mas, se é apenas enquanto pessoa que se pode atribuir agência ao cérebro, por que não dizer que, no final das contas, a pessoa é que é o agente? Porque isso seria, como disse anteriormente, tratar a pessoa como se fosse independente do cérebro. O cérebro é o componente mais básico. Ele existe antes de ser uma pessoa e pode existir depois que a pessoa, que nele se constrói, for destruída, como nas doenças cerebrais degenerativas citadas anteriormente e em estados vegetativos; o cérebro também existe e funciona em situações de inexistência temporária da pessoa, como em certos períodos do sono natural ou induzido por medicamentos.

Sendo assim, quem é que ouve, vê, sente gosto, sente frio, sente fome, sente sede, sente dor etc. É a pessoa? Sabe-se que essas sensações dependem do corpo para existirem. Alguém que nasceu sem os olhos não tem experiência consciente com conteúdo visual. Mas o papel do corpo,

como postulado anteriormente, é enviar informações para o cérebro onde a experiência visual se realiza. O que permite inferir que é o cérebro, e não o olho, ou o organismo em sua totalidade, que vê. Também não é a pessoa que vê. Sendo a pessoa uma experiência consciente do cérebro, é mais preciso dizer que é esse, enquanto pessoa, que vê, ouve etc. Quando eu digo “eu estou vendo” estou falando a partir de uma experiência consciente introspectiva na qual o “eu”, e não o cérebro, me é dado como suporte de sensação visual. Mas esse “eu” se realiza no cérebro, é uma experiência consciente do cérebro. Por isso que seria mais preciso dizer que é o cérebro que experiencia o “eu”, é quem realmente vê. Não parece apropriado dizer que é a pessoa quem vê apenas porque tem-se a experiência consciente de ser uma pessoa e não se tem a experiência consciente de ser um cérebro.

O fato de ser o cérebro, e não a pessoa, o agente não significa que a pessoa não seja imprescindível para a agência. Entendo que a pessoa realizada e causada imediatamente pelo cérebro é imprescindível para a agência na medida em que ela **serve como guia para as decisões voluntárias do cérebro**. Não estou afirmando que a pessoa guia as decisões do cérebro, o que implicaria uma visão cartesiana da pessoa e os problemas que lhe são intrínsecos, mas sim que o cérebro utiliza-se da pessoa que ele causa e realiza, a partir de sua interação com o corpo e com o ambiente físico e sociocultural externos ao corpo, como guia para suas decisões voluntárias. O cérebro possui vontades, as quais possuem um conteúdo consciente, e é por esse conteúdo que aquele guia suas decisões. Qual a origem do conteúdo de sua vontade? Pode originar-se das necessidades corporais, tais como comer, beber, fazer sexo; da interpretação de acontecimentos ambientais externos ao corpo como situações de perigo; da memória de experiências passadas; da imaginação de consequências futuras, próximas ou distantes; das crenças adquiridas no ambiente sociocultural. Além disso, e intimamente relacionado aos processos volitivos e cognitivos, o cérebro guia-se pelos afetos, ou seja,

pelas possibilidades de prazer e desprazer imediatos, de médio ou de longo prazo.

IV

Ao defender que a pessoa é uma propriedade imediata do cérebro e que esse é o agente que utiliza a pessoa, ou seja, o conjunto entrelaçado de vontades, cognições e afetos conscientes, como guia para suas decisões e ações voluntárias, não estou sugerindo que essa seja a estrutura mais importante do organismo, nem para a construção da pessoa, muito menos para a sua sobrevivência. Em se tratando de sobrevivência do organismo e, conseqüentemente da pessoa, o coração, o fígado, o pulmão, o estômago, o intestino, a pele, dentre muitas outras estruturas, são também vitais, todos sendo parte essencial de um sistema corpóreo cujo funcionamento e existência depende do desempenho eficaz da função especializada de cada uma delas. Se o meu coração, ou fígado, ou pulmão etc. estiverem falindo, eu desejaria receber um órgão substituto, seja de outros seres humanos, de animais não humanos e até mesmo órgãos sintéticos.

O transplante sendo bem-sucedido me permitiria, enquanto um cérebro possuidor de vontades, cognições e afetos, continuar existindo, pouco me importando com o destino de meus órgãos originais; se eles serão objeto de estudo, se vão para o lixo etc. Desse modo, a importância do cérebro em relação às outras estruturas corpóreas não se deve ao fato de ele ser a única estrutura necessária à sobrevivência da pessoa, mas sim, necessário à sobrevivência da pessoa que ele realiza; um cérebro substituto não realizaria a mesma pessoa; eu sou um cérebro que quer preservar a pessoa que eu sou. Se o cérebro que eu sou estiver falindo, não lhe interessaria, em termos da sua sobrevivência, ser substituído por outro cérebro para a preservação do corpo no qual ele está incorporado. Ser substituído por outro cérebro implica que meu corpo abrigaria a outra

pessoa indissociável daquele cérebro, o que seria mais do interesse daquele cérebro.

Deixe-me explorar um pouco mais esse experimento de pensamento acerca do transplante de cérebro. Suponha-se que uma pessoa criminosa muito perigosa esteja sendo procurada após ser condenada pela justiça. Suponha-se ainda que se descubra que, para fugir da justiça, essa pessoa submeteu-se a uma cirurgia tendo seu cérebro sido transplantado para o corpo de uma outra pessoa, a qual teve, por sua vez, e contra a sua vontade, seu cérebro transplantado para o corpo do criminoso. Sendo o caso, quem deveria ser preso? O cérebro da pessoa criminosa no novo corpo, o corpo da pessoa criminosa com o cérebro da outra pessoa, ambos ou nenhum deles? De acordo com a abordagem que venho defendendo, o cérebro e, conseqüentemente, a pessoa que ele realiza, é o criminoso, logo, deve-se prender o cérebro criminoso e, conseqüentemente, o corpo no qual está agora incorporado. Entretanto, só faria sentido prender o cérebro enquanto ele realizar a pessoa criminosa, porque ele não seria um agente e, conseqüentemente, não poderia ser a ele atribuída responsabilidade criminal, se ele não fosse mais um cérebro dotado de vontade, cognição e afetos conscientes, ou seja, uma pessoa.

Para ilustrar o que acabo de dizer, imagine-se que o criminoso seja encontrado apenas 40 anos mais tarde e que a pena não tenha ainda sido prescrita. Suponha-se que esse criminoso seja agora portador da doença de Alzheimer, tendo perdido as suas memórias, não sabendo quem são as pessoas à sua volta, não sabendo nem mesmo quem ele é. Sendo o caso, faria sentido enviar o cérebro/corpo do paciente para a prisão? Penso que não, pois ainda que seja um ser humano que vivencia apenas sensações muito básicas, ele não possui vontade, cognição e afetos conscientes suficientes que justifiquem a punição. A punição, nesse caso, poderia ter alguma justificativa externa, como, por exemplo, desestimular ações criminosas por parte de outras pessoas, mas não teria

nenhuma relevância para o não mais criminoso portador de Alzheimer. Mas, volto a dizer, isso não significa que a pessoa, por si só, seja o agente, e sim que é o cérebro, enquanto realiza a pessoa, que é o agente. Se esse cérebro não mais realizar uma pessoa, ele não é mais agente; a questão então seria outra, ou seja, se esse cérebro deveria ser responsabilizado criminalmente e moralmente pelo agente que ele foi um dia. Entendo que não, pois como venho argumentando, o cérebro só é um agente enquanto ele realiza uma pessoa.

V

Para finalizar, faço breves considerações sobre duas questões implicadas na abordagem aqui apresentada, a saber: 1. A agência seria função de apenas uma parte do cérebro? 2. A pessoa é o seu cérebro?

Considere-se a primeira questão. Ao dizer que o cérebro é o agente, estou atribuindo a função agência a uma parte do corpo, mais precisamente, a uma parte do encéfalo. Seria justificável ir um pouco mais longe e atribuir a função agência a apenas uma parte do cérebro? Seria o caso, por exemplo, de atribuir a função agência ao córtex pré-frontal, assumindo-se ser aí o lugar onde os processos de tomada de decisão consciente são realizados? Em outras palavras, seria pertinente afirmar que **o córtex pré-frontal é o agente**, visto ser esse o lugar onde se realizam os processos cognitivos e afetivos envolvidos com o planejamento de ações, o raciocínio lógico, o controle executivo e de impulsos, a avaliação das consequências das ações, o julgamento moral e social etc.?

Essa tese é mais difícil de ser defendida, e isso porque há uma diferença importante na relação parte e todo quando se trata da interação cérebro e corpo e da interação córtex pré-frontal e outras regiões cerebrais. A diferença é que a pessoa, ou seja, a consciência, em suas

formas volitivas, cognitivas e afetivas, e seus respectivos conteúdos conscientes, embora seja mediadamente e em grande parte causada pelos acontecimentos corporais e ambientais, não é imediatamente causada e realizada no corpo como um todo, como justificado nas seções anteriores. Diferentemente, parece razoável postular que a pessoa é causada imediatamente pelo cérebro e nele realizada, não apenas em uma de suas partes, e sim em seu conjunto. Não há evidências de que seja causada imediatamente apenas pelo córtex pré-frontal.

Ao dizer isso, não estou apenas postulando que os estados conscientes volitivos, cognitivos e afetivos envolvem diferentes áreas cerebrais e mesmo extracerebrais como o tronco encefálico e o cerebelo, e sim defendendo que essas várias formas e os respectivos conteúdos da consciência parecem resultar da atividade integrada de diferentes regiões corticais. Os estudos, já referidos anteriormente, envolvendo o monitoramento da atividade elétrica cerebral — eletroencefalograma — durante a administração de anestesia geral, revelam que é possível identificar os diferentes níveis de consciência do paciente, sendo os extremos a inconsciência de um lado e a consciência plenamente desperta de outro. No caso da consciência plenamente desperta, observa-se uma atividade integrada e sincronizada das várias áreas corticais e não corticais cerebrais, envolvidas mais ou menos diretamente com causação dos processos cognitivos, volitivos e afetivos conscientes. Isso significa que não há indícios suficientes para se defender que o cérebro pré-frontal, por si só, é o agente. De todo modo, essa é uma questão, de certo modo, correlata com a da localização da consciência em uma parte específica do cérebro, cuja solução demanda mais pesquisa.

Considere-se agora a segunda questão: A pessoa é o seu cérebro? Como disse anteriormente, a pessoa é uma experiência do cérebro, ou seja, é o cérebro que tem a experiência consciente de ser um “eu” possuidor de vontades, cognições e afetos. E isso porque essas experiências conscientes são causadas pela estrutura e funcionalidade

cerebral e são realizadas no cérebro. Mas, sendo o caso, não seria pertinente dizer que a pessoa é o seu cérebro? Penso que não. Primeiramente, porque ao descrever a pessoa posso me referir às suas vontades, cognições e afetos conscientes independentemente de me referir ao seu corpo e ao seu cérebro. Entendo que não se trata apenas de uma diferença restrita ao âmbito da linguagem, mas de uma diferença fundamental naquilo que é referido pela linguagem, ou seja, as experiências conscientes possuem uma ontologia distinta dos acontecimentos físicos cerebrais; descrever os acontecimentos cerebrais não é descrever os acontecimentos conscientes e isso porque eles são de natureza distinta. A pessoa, nos termos anteriormente definidos, tem uma natureza puramente qualitativa.

Mas, se a pessoa e o seu cérebro são de natureza distinta, como podem interagir? Como o cérebro físico pode causar as experiências conscientes e como as experiências conscientes podem agir causalmente sobre o físico? Embora para muitos filósofos esse seja um mistério insolúvel, creio que esse problema pode ser dissolvido se nos libertarmos de uma visão dualista cartesiana. Isso significa que, ao postular que a experiência consciente de ser uma pessoa é algo distinto dos acontecimentos físicos cerebrais, não se está necessariamente assumindo que a primeira seja um tipo de substância cartesiana. Ela é uma propriedade da estrutura e funcionalidade do cérebro, e é a compreensão aprofundada dessa estrutura e funcionalidade, em seus vários níveis e em sua interação com acontecimentos corporais e ambientais físicos e socioculturais, que explicará a existência e o conteúdo das experiências conscientes.

Sendo o caso não haveria uma lacuna explicativa, a não ser que se pense ser necessário identificar alguma substância misteriosa que conecte cérebro e experiência consciente, cérebro e pessoa. A meu ver, a explicação de como o cérebro, em sua interação com o corpo e com o ambiente físico e sociocultural externos ao corpo, causa e realiza a pessoa

consiste em identificar a correlação adequada entre ambos. Sendo um guia de ação para o cérebro, a pessoa que ele causa e realiza lhe dá poderes causais que ele não teria se não possuísse as vontades, cognições e afetos conscientes constitutivos dessa pessoa. Em outras palavras, o cérebro usa como guia de suas decisões e ações as vontades, cognições e afetos conscientes que ele experiencia. Apenas a título de exemplo, a sensação dolorosa que o cérebro experiencia como uma sensação corporal desagradável de um “eu” lhe serve como um guia para a sua decisão de tomar um analgésico. Isso não significa que essa dor seja experienciada por uma substância cartesiana ou que ela mesma tenha uma natureza substancial. O mesmo se aplica às outras formas e conteúdos da experiência consciente.

Referências

CAIRUS, HF. Da doença sagrada. In: CAIRUS, H.F.; RIBEIRO JR, W.A. *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/9n2wg/pdf/cairus-9788575413753-06.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teoréticos da Filosofia da Linguagem

Francisco Hélio Cavalcante Félix¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.109.03>

1 Introdução

Em relação a qualquer reflexão filosófica que venha a tecer comentários acerca do mundo objetivo, não basta que seja somente carregada de verossimilhança. Se um constructo filosófico pretende comentar ou refletir sobre o que está dado no mundo, deve ter uma certa estrutura interna coerente, sim, mas deve levar em conta, também, os achados que o próprio mundo objetivo disponibiliza a quem o escrutina. Do mesmo modo, observações acerca do mundo objetivo só terão serventia se alicerçados em um substrato teórico adequado. Esse parece ser um conflito que pode se apresentar quando ocorre o enfrentamento entre reflexões filosóficas e achados científicos. Não se pode descartar que a realidade venha a se mostrar de modo tal que inviabilize a continuidade de uma teoria filosófica, mesmo que esta pareça coerente em si ou que antes parecesse ser coerente diante de uma percepção anterior do mundo que se mostrou depois ultrapassada. O cânone aristotélico, outrora perfeitamente sólido, foi abalado pela revolução

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Brasília – UnB. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: felixhelio@yahoo.com.br

copernicana, ao ponto de várias posições de Aristóteles passarem a ser consideradas como meras relíquias curiosas de uma época na qual acreditava-se em teorias hoje tidas como esdrúxulas².

O presente trabalho pretende, inicialmente, elencar alguns cuidados que devem ser observados ao se tentar fazer um enfrentamento entre teorias filosóficas e achados científicos, além de exemplificar alguns problemas que devem ser evitados. Pretende, também, sublinhar como a reflexão do filósofo deve levar em conta o que o substrato mais consistente das ciências diz a respeito de seu objeto de análise, sob pena de uma contraproducente desconexão da realidade. Por fim, traremos um exemplo de como pode se dar uma auspiciosa intersecção entre o filosófico e o científico, a partir do enfrentamento entre a neurociência e alguns constructos teóricos da filosofia da linguagem, utilizando achados neurolinguísticos que mostram diferenças importantes entre o processamento da linguagem em adultos e em crianças. Novos achados mostram que a maneira como se dá a assimilação primeira da linguagem requer uma forte relação com o mundo, com as interações contextualizadas sendo fundamentais para se montar o aparato linguístico semântico, que se tornará estável na vida adulta. O adulto, por sua vez, parece já ter um arcabouço semântico bem estabilizado que permite trabalhar melhor as relações de regras sintáticas e semânticas. Isso parece mostrar que, a partir de experiências auditivas e motoras (no contexto do mundo), constrói-se um arcabouço linguístico que será utilizado posteriormente de modo mais estável. Isso pode levar a interessantes reflexões, quando são analisadas suas consequências para teorias clássicas mentalistas e não-mentalistas ligadas ao significado.

² Por óbvio, Aristóteles continua sendo um importante pensador e sua relevância ainda é considerável. Contudo, suas reflexões filosóficas tiveram que ser matizadas no transcorrer dos séculos, principalmente diante do que se descobriu acerca do mundo objetivo, a partir daquilo que entendemos por conhecimento científico.

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem

2 Evitando as armadilhas do cientificismo

A primeira atitude de prudência ao se tentar construir uma interação entre o científico e o filosófico é evitar aquilo que Haack (1999) indicou como atitudes opostas — e equivocadas — em relação à ciência: o cinismo e o cientificismo. Assim, o primeiro seria a posição de ampla desconfiança, de prevenção quase raivosa, de ressentimento diante de suas consequências e de clara hostilidade em relação à ciência. O último, seu oposto, seria a admiração acrítica e ingênua perante o científico, uma aceitação quase pueril de seus métodos e de seus achados, além do menosprezo daquilo que seria acientífico.

Ademais, é pertinente escapar dos principais problemas, elencados por Haack (2012), que podem surgir a partir de uma abordagem viciada da ciência, consolidados em seus seis sinais de cientificismo, expostos a seguir.

Em primeiro lugar, deve-se ter cuidado com a utilização honorífica de termos como 'ciência' ou 'científico'. A crença ingênua de se considerar o conhecimento criado no âmbito científico como sendo um constructo plenamente confiável, comprovado e sólido pode ser, para além de equivocada, bastante perigosa. Um exemplo disso é a condição privilegiada que atingiu outrora, por ser pretensamente científico, um termo hoje considerado negativo: a eugenia. Considerada um conseqüência de ideias já falhas acerca da teoria da evolução darwiniana, a eugenia influenciou pensadores e intelectuais de várias matizes, em uma abrangência mundial. Em finais do século XIX e início do século XX, não havia muitas dúvidas em relação à legitimidade científica da teoria eugenista. No pensamento filosófico, mesmo alguém como Bertrand Russell defendeu abertamente posições de controle eugénico populacional em relação a "deficientes mentais" (Russell, 2009, p. 92). Por sinal, a despeito da surpresa com a permissividade intelectual de Russell perante o tema, ao menos para leitores do século XXI, a definição

do pensador para eugenia é bastante didática: "Eugenia é a tentativa de melhorar as características biológicas de uma raça por meio de métodos deliberadamente adotados para tal fim" (Russell, 2009, p. 91, tradução nossa)³. Se atualmente essa frase, quando aplicada a seres humanos, causa evidente e imediato ruído ético e moral, não era assim naquela virada de século, em que certos raciocínios equivocados pareciam configurar meras deduções a partir de pretensas verdades corroboradas pela ciência. Claramente, a eugenia tinha adquirido a distinção honorífica de ser algo cientificamente comprovado. Esse equívoco ajudou a pretensamente fundamentar, décadas depois, o maior genocídio da história da humanidade, nas décadas de 1930 e 1940.

Outro risco do cientificismo, o segundo sinal descrito por Haack (2012), é aquele ligado à utilização errônea e emulada de instrumentos característicos do que se entende por método científico, com o objetivo de se fundamentar teorias ou, antes, crenças que não pertencem ao âmbito científico. Isso daria a tais ideias uma respeitabilidade e solidez encontradas nas pretensas verdades científicas. Tornou-se algo bastante presente entre religiosos de viés mais fundamentalista. Assim, um aparentemente insólito recurso à ciência por parte de cristãos radicais se coaduna com a nova dinâmica dos movimentos fundamentalistas no século XXI. Se na primeira metade do século XX esses grupos radicalizados preferiram enfrentar de frente o conhecimento científico, notadamente a teoria da evolução, e findaram desmoralizados e ganhando ares de fanáticos e anticientíficos, hoje eles preferem adentrar em diversas esferas da sociedade, incluindo a da política e a da ciência, de modo mais maleável e emulando um suporte científico, embora ainda mantendo os mesmos objetivos negacionistas de fundo (De Maria; Chevitaresh, 2021). Similarmente, a assim chamada arqueologia bíblica

³ "Eugenics is the attempt to improve the biological character of a breed by deliberate methods adopted to that end" (Russell, 2009, p. 91).

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem

de meados dos oitocentos até início dos novecentos, que tinha por objetivo provar uma pretensa veracidade literal do texto bíblico e legitimar a retomada colonial da Terra Santa, ganhou uma versão mais repaginada no século XXI. Esta nova abordagem, defensora do criacionismo, quer superar aspectos da paleontologia e da biologia incompatíveis com suas crenças, ao mesmo tempo em que retém uma certa linguagem dessas áreas que são compatíveis com seu discurso, deturpando achados que escolhe cuidadosamente para dar uma enganadora credibilidade científica a posicionamentos fundamentalistas (Lynch, 2013). Diante desse quadro, ainda ressoa, hoje, o alerta de Galileu Galilei (2009, p. 59): "parece-me que, nas discussões de problemas concernentes à Natureza, não se deveria começar com a autoridade de passagens das Escrituras, mas com as experiências sensíveis e com as demonstrações necessárias."

Um terceiro alerta seria o de evitar uma excessiva preocupação com o problema da demarcação entre conhecimento científico e aquele acientífico, ligado a verdadeiras pseudociências. A discussão não é nova, mas, em sua perspectiva mais contemporânea, foi elaborada por Popper (2007, p. 35, grifos do autor): "Denomino *problema de demarcação* o problema de estabelecer um critério que nos habilite a distinguir entre as ciências empíricas, de uma parte, e a Matemática e a Lógica, bem como os sistemas 'metafísicos', de outra". Popper (2007) defendia ter resolvido o problema da demarcação por meio da superação dos limites impostos pelo método indutivo ao pensamento acerca do mundo natural, questão que remete, pelo menos, a Hume e a Kant. Sua solução baseava-se na noção de falseabilidade ou refutabilidade como critério de demarcação entre a ciência e a pseudociência. Entre vários exemplos por ele elencados, destacam-se a teoria da relatividade de Einstein — testável e falseável, portanto científica — e a astrologia, não testável e não refutável, então pseudocientífica (Popper, 2008). Contudo, talvez o pensador não tenha percebido que aqueles que fazem ciência não estão

tão dispostos assim a largar suas teorias, enquanto não científicas, ao se depararem com suas falsificações ou refutações.

Talvez a crítica mais consistente à concepção popperiana sobre o problema da demarcação tenha vindo de Thomas Kuhn (2007), quando este colocou, de modo inescapável, a atividade científica no mundo social e psicológico que caracterizam o ser humano. A mudança entre paradigmas científicos não se daria automaticamente, seguindo um critério puramente objetivo e de modo isolado das vicissitudes da vida em sociedade. Mais críticas se seguiram. Em um artigo que se tornaria emblemático das dificuldades presentes nessa discussão, Larry Laudan (1983) vaticina que o problema da demarcação é intratável e desinteressante, não fazendo mais sentido sequer utilizar os termos pseudocientífico ou não-científico. Para ele, nós geralmente acreditamos no que os cientistas nos dizem, por mais contraintuitivo que possa ser, e tendemos a anuir quando os cientistas desacreditam em algo. No seu dizer:

Em suma, muito de nossa vida intelectual e a cada dia maiores porções de nossas vidas sociais e políticas repousam sobre a suposição de que nós (ou alguém a quem confiamos essas questões) podemos distinguir entre ciência e sua falsificação (Laudan, 1983, p. 111, tradução nossa)⁴

É importante registrar que mesmo Thomas Kuhn, ferrenho opositor das reflexões de Popper sobre a divisão entre ciência e pseudociência, concordava que deveria existir uma certa demarcação que fizesse algum tipo de clivagem entre o conhecimento científico e aquele que não tivesse essa característica, mas que isso não seria possível utilizando os critérios propostos por Popper (Kuhn, 1970). Em uma época de desinformação disseminada, a discussão acerca da pseudociência por

⁴ "In sum, much of our intellectual life, and increasingly large portions of our social and political life, rest on the assumption that we (or, if not we ourselves, then someone whom we trust in these matters) can tell the difference between science and its counterfeit" (Laudan, 1983, p. 111).

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem

parte da filosofia se configura como inescapável. No presente texto, não será utilizada uma configuração rígida de demarcação entre o científico e o pseudocientífico, como na tradição popperiana, mas a questão não é descartada como desimportante, como fez Laudan de modo possivelmente precipitado. O conhecimento científico aqui utilizado será aquele claramente paradigmático, evitando-se situações *borderline*, que possam gerar dúvidas quanto à sua cientificidade.

O quarto risco do cientificismo é aquele ligado à armadilha de se querer buscar um suposto método científico por excelência, que serviria para qualquer reflexão dessa natureza. Como existe toda uma plethora de áreas e de abordagens diversas no âmbito das ciências, erigir um método específico para ser aquele que caracterizaria a investigação científica de modo perfeito teria consequências ruins para a própria ciência. Uma maneira cristalizada de enfoque dos objetos examinados pelos cientistas não se prestaria a mais do que algumas poucas áreas. Como exemplo, a experiência científica com intervenção padronizada, grupos controle e análise estatística robusta é algo inútil para a astronomia, uma área considerada científica por excelência. Por outro lado, meros estudos observacionais, sem intervenção por randomização e placebo, são excessivamente limitados no âmbito da medicina e da farmacologia. Houve vários candidatos ao método ideal, desde um indutivismo, rígido ou fraco, seguido por um dedutivismo popperiano, ainda por outro tipo de dedutivismo pós-kuhniano de Lakatos, um quase anarquismo de Feyerabend, até abordagens bayesianas ou de inferência pela melhor explicação, entre outras. Haack (2012) nos lembra que os próprios cientistas não parecem estar tão preocupados com o método perfeito, mas talvez simplesmente tentem levantar hipóteses acerca de uma questão, agregar o máximo de dados que consigam ligados a isso e refletir acerca da plausibilidade de seus palpites iniciais, eventualmente até desistindo deles. Em suas palavras:

Os procedimentos subjacentes a toda a investigação empírica séria — tentar encontrar uma resposta e depois verificá-la — não são utilizados apenas pelos cientistas; as 'ajudas' científicas à investigação, que estão constantemente sendo adaptadas e melhoradas, e que são muitas vezes específicas de uma determinada área da ciência, não são utilizadas por todos os cientistas. Assim, não existe um 'método científico' utilizado por todos os cientistas e somente por estes. Mas, longe de sugerir que é simplesmente um mistério como as ciências naturais possam ter 'feito muitas descobertas verdadeiras', esta abordagem sugere uma explicação plausível de como elas conseguiram gradualmente refinar, ampliar e estender poderes cognitivos humanos não auxiliados (Haack, 2012, p. 88, tradução nossa, grifos da autora)⁵

Outro sinal de cientificismo a ser evitado é o de procurar, nas ciências, respostas para questões que estão para além de seu escopo. Isso pode se dar por meio de uma tentativa insidiosa de emular cientificidade em algo que carece dela, como exposto acima acerca de religiosos fundamentalistas, mas também através da confusão acerca do alcance do conhecimento científico. De fato, há muitas questões legítimas e importantes em relação às quais a ciência não poderá ter a última palavra, como é o caso de problemas jurídicos principiológicos, literários, estéticos, políticos, entre outros. Isso não quer dizer que achados científicos não possam informar acerca de determinados aspectos que tangenciam tópicos tratados pelas ciências humanas em geral ou pela filosofia em particular. A biologia pode definir minuciosamente as características da fecundação e do desenvolvimento embriológico, mas não será ela que poderá resolver acerca do direito ao aborto pelas mulheres. Métodos e econométricos podem auxiliar na escolha das políticas públicas mais eficientes em determinada área, mas não deverá

⁵ "The underlying procedures of all serious empirical inquiry – taking a stab at an answer, and then checking it out – are not used only by scientists; the scientific “helps” to inquiry, which are constantly being adapted and improved, and are often local to some specific area of science, are not used by all scientists. So there is no “scientific method” used by all and only scientists. But, far from suggesting that it is simply a mystery how the natural sciences can have “made many true discoveries,” this approach suggests a plausible account of how they have gradually managed to refine, amplify, and extend unaided human cognitive powers” (Haack, 2012, p. 88)

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem

ter a palavra final sobre a sociedade aceitar ou não a pena de morte no âmbito penal. De modo mais específico, a característica de incrementar, mas sem decidir de modo absoluto, que a ciência pode ter em relação a algumas questões complexas pertinentes à filosofia é uma das motivações do presente trabalho. Não se trata de ter a palavra final, objetivo irreal, mas de ser um elemento de "relevância contributiva" (Haack, 2012, p. 90, tradução nossa)⁶ para temas complexos, qualificando o debate. Ser relevante, afinal, não é o mesmo que ser suficiente.

O sexto sinal de cientificismo seria a tendência, infelizmente presente entre alguns cientistas, de desabonar ou de desacreditar qualquer conhecimento que seja considerado como não-científico. É sabido que a ciência respondeu a algumas questões que antes se encontravam ou sem resposta ou com respostas excessivamente ancoradas no misticismo e na mitologia. Apesar de ainda estarem em desenvolvimento contínuo, áreas como a cosmologia, a paleontologia, a biologia, entre outras, realmente superaram abordagens religiosas e baseadas em superstições. Hoje, não há mais motivos para se defender alguma espécie de *design* superior para explicar a complexidade de organismos biológicos ou do próprio universo, apesar de muitos ainda exercitarem, de modo legítimo, suas crenças espirituais nesses temas. Contudo, explicações plausíveis e consistentes já estão disponíveis, ficando ao alvedrio de cada um continuar invocando forças místicas, apesar dessas elucidações. Mas é cientificamente ingênuo acreditar que a ciência vai conseguir substituir e superar todos os tipos de reflexões e de investigações. O conhecimento científico não tem como responder a inúmeras questões de fundo ético ou epistemológico, por exemplo. É absolutamente inapropriado um corpo científico considerar como desimportante um corpo intelectual que trata de determinadas questões

⁶ Haack (2012, p. 90) utiliza a expressão "contributory relevance" e dá como exemplo as questões pertinentes à Ética.

que, por vezes, não têm uma utilização prática tão óbvia ou imediata. Isso vale para campos do conhecimento que vão da filosofia à música, passando pela literatura. Como pontuou Haack (2012, p. 93, tradução nossa, grifo da autora), "'O que é mais importante, ciência ou literatura?' é uma questão irremediavelmente equivocada."⁷

Uma vez brevemente discutidos alguns dos principais problemas e riscos relacionados à utilização errônea do conhecimento científico, cumpre avançar, a seguir, nas possibilidades de uma interação adequada entre a ciência e áreas diversas do conhecimento, como a reflexão filosófica.

3 Neurolinguística⁸ e filosofia da linguagem

O desenvolvimento das ciências em geral e da neurociência em particular tiveram e ainda têm influência na reflexão filosófica. Neste texto, o foco será a interação entre alguns tópicos da filosofia da linguagem e a neurociência. A filosofia da linguagem se consolidou como importante corrente filosófica. Mas a linguagem não é objeto somente da Filosofia. A neurociência, particularmente a neurolinguística, também trata da linguagem.

O desenvolvimento do conhecimento neurocientífico vem impactando o estudo acerca da linguagem há bastante tempo. Já no século XIX, a afasiologia, o estudo das afasias, começou a ganhar destaque. Por afasia entende-se a deficiência na compreensão ou formulação da linguagem causada por algum dano em certas regiões do córtex cerebral, sendo consideradas estas, assim, ligadas à linguagem (Le;

⁷ "'Which is more important, science or literature?' is a hopelessly misguided question" (Haack, 2012, p. 93, grifo da autora).

⁸ Por óbvio, o termo neurolinguística, como utilizado neste texto, não se confunde com aquele presente na assim chamada Programação Neurolinguística (PNL), ligada a uma suposta abordagem de autodesenvolvimento. Aqui, neurolinguística é o ramo da neurociência que estuda a linguagem no cérebro (Baggio, 2022).

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem

Lui, 2022). A partir da avaliação de pessoas acometidas por condições clínicas de deterioração linguística, foi possível depreender uma relação entre certas estruturas nervosas e a linguagem. Foi uma pesquisadora, a especialista em linguística Edith Trager, quem primeiro sugeriu, em 1960, um termo para a área interdisciplinar que deveria tratar acerca da relação entre o sistema nervoso humano e a linguagem: neurolinguística (Eling, 2015). Contudo, é bem assentado que o principal divulgador e responsável pela consolidação do termo neurolinguística e dessa área do conhecimento científico foi e ainda é Harry Whitaker, fundador, em 1974, do periódico *Brain and Language*, até hoje uma referência nesse ramo interdisciplinar (Blumstein, 2019). É importante registrar que aquela que se destacou como a primeira obra abrangente sobre neurolinguística foi escrita somente no último quartel do século XX, por David Caplan⁹ (1987), onde fica clara a divisão entre afasiologia e neurolinguística e, portanto, como o estudo do funcionamento do sistema nervoso de pessoas saudáveis também tinha muita relevância no entendimento do processamento da linguagem.

A nova revolução cognitiva, principalmente a partir dos anos 1990 e 2000, trouxe muitos avanços à neurolinguística, com a possibilidade de utilização de técnicas acuradas de imaginologia e aferimento da atividade cerebral, inclusive em tempo real. São técnicas como o eletroencefalograma (EEG) de maior acurácia, inclusive com eletrodos intracranianos (iEEG), a ressonância magnética funcional (fMRI), o registro dos potenciais relacionados a eventos (ERPs), a eletrocorticografia (ECoG), os campos magnéticos evocados (EMFs) obtidos por magnetoencefalografia (MEG), a tomografia por emissão de

⁹ Trata-se do neurologista David Caplan, filiado à Universidade de Harvard e ao Massachusetts General Hospital, não se confundindo com o filósofo David Kaplan, este ligado à Universidade da Califórnia e importante nome da filosofia da linguagem e da lógica.

pósitrons (PET), além da utilização da ciência de dados para processar grandes quantidades de informações (Baggio, 2022).

3.1 Neurocientistas

A evolução pela qual tem passado a neurolinguística nos últimos anos tem proporcionado uma análise dos processos cerebrais baseada em dados muito mais acurados e sofisticados. Seria um terrível desperdício não levar em conta tais informações, mantendo-se o reiterado alerta para se evitar o cientificismo. Serão utilizados aqui achados relacionados (i) ao processamento da linguagem em adultos, cujo sistema nervoso já se encontra estabilizado em seu desenvolvimento, e (ii) ao processamento da linguagem em crianças que estão no período de formação cognitiva dos primeiros anos de vida.

Para identificar as características peculiares do processamento da linguagem em crianças, é importante descrever as principais vias cerebrais ligadas a esta atividade e entender como sua estrutura muda no transcorrer da vida. Tais trajetos ou caminhos neurais existem na forma de conexões estruturais entre as regiões cerebrais que participam do processamento linguístico. Há achados muito interessantes sobre sua modificação e amadurecimento a partir do aprendizado de um dado arcabouço linguístico na infância (Brauer; Friederici, 2007; Friederici; Friedrich; Christophe, 2007; Wiesmann *et al.*, 2020).

As principais conexões são: Caminho Dorsal I (conecta o giro temporal superior e o córtex pré-motor); Caminho Dorsal II (conecta o giro temporal superior e a porção B44 da área de Broca); Caminho Ventral I (conecta a porção B45 da área de Broca e o córtex temporal) e o Caminho Ventral II (conecta o opérculo frontal e a porção anterior do giro temporal superior)¹⁰.

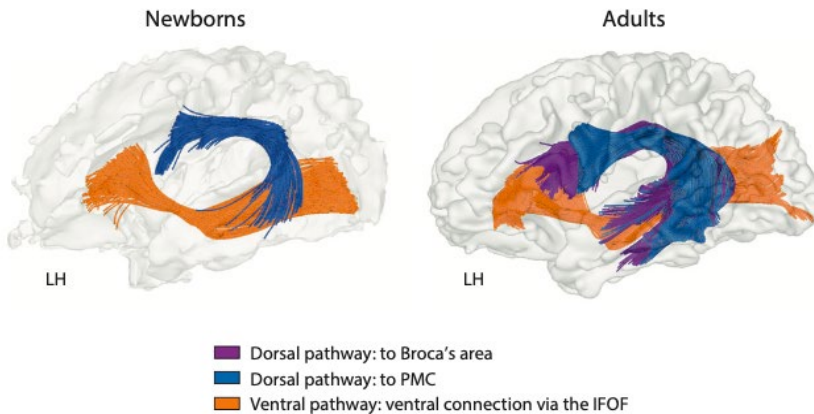
¹⁰ As expressões mais comumente encontradas em publicações científicas e nas práticas médica e biológica são os termos em inglês *Dorsal Pathway* e *Ventral Pathway*.

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem

A informação mais interessante é a de que o Caminho Dorsal I, que tem como um de seus componentes uma porção motora do córtex (PMC, na sigla em inglês), dá suporte ao mapeamento auditivo-motor e mostrou-se de primária importância durante o processo de aquisição da linguagem na infância, sintonizando o sistema com determinada língua (Perani, 2011; Brauer, 2013). Já o Caminho Dorsal II se desenvolve bem mais tardiamente e está relacionado às funções de alto nível envolvendo a relação sintático-semântica da língua, ligadas à área de Broca (Friederici; Singer, 2015). Essa plasticidade neuronal durante o processo primário de aquisição da linguagem, até a capacitação para tarefas de processamento semântico e sintático, parece mostrar que, a partir de experiências auditivas e motoras (logo após o nascimento), constrói-se um arcabouço linguístico que será utilizado posteriormente.

O Caminho Dorsal I está presente e ativo por toda a vida do indivíduo, mas somente terá a característica singular de existir quase isoladamente nessa região anatômica durante a infância, antes do amadurecimento do Caminho Dorsal II. O Caminho Ventral, via fascículo fronto-occipital inferior (IFOF, na sigla em inglês), está presente tanto em adultos quanto em crianças (NG *et al*, 2021). A figura abaixo ilustra a mudança do padrão de conectividade dos caminhos fisiológicos citados, com o destaque para o marcante desenvolvimento do Caminho Dorsal II no adulto.

Figura 1 – Diferenças nos trajetos neuronais relacionados à linguagem, por faixa etária



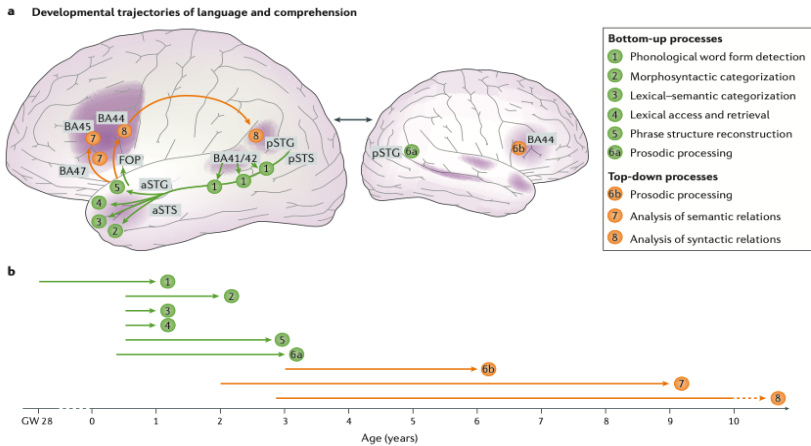
Fonte: Friederici, 2017.

Esse achado é, registre-se, de extrema importância. O processamento da linguagem não se dá da mesma maneira quando são comparados adultos e crianças em idade de aprendizado (Friederici, 2017; Hahne; Eckstein; Friederici, 2004). A maneira como se dá a assimilação primeira da linguagem requer uma forte relação com o mundo. As interações concretas e contextualizadas são fundamentais para se montar o aparato linguístico semântico, que se tornará estável na vida adulta. A partir daí, foi possível montar um quadro bastante interessante e de elevada acurácia acerca das fases de aprendizado da capacidade linguística. Como já citado, as primeiras fases têm bastante correlação com a interação com o contexto, com os dados do mundo real e sua percepção. Para além disso, tais fases primordiais dizem respeito a um importante período de categorização léxico-semântica, que parece montar um arcabouço de significados a ser utilizado de maneira mais estabilizada na vida adulta, quando as análises de relações semânticas terão mais importância.

A ilustração abaixo mostra isso de maneira bastante didática:

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem

Figura 2 – Fases de desenvolvimento cerebral do aparato linguístico



Fonte: Skeide; Friederici, 2016.

Skeide e Friederici (2016) dividem o que chamam de ontogenia da rede neural da linguagem em duas grandes fases. Indicam que a primeira fase de aprendizado da linguagem está caracterizada pelo que chamam de processos *bottom-up*, ligados à detecção fonológica, à categorização morfossintática, à categorização léxico-semântica, à reconstrução da estrutura frasal e ao início de processamento prosódico. Uma fase mais tardia, após os três anos de idade e se estendendo até a fase adulta, caracteriza-se mais por processos *top-down*, ligados ao processamento prosódico, mas, acima de tudo, relacionados à análise de relações semânticas e relações sintáticas (Zaccarella; Friederici, 2017; Skeide; Brauer; Friederici, 2016).

Após a caracterização de alguns dos principais, mais confiáveis e mais estáveis achados neurocientíficos ligados à linguagem, é possível elencar casos em que constructos teóricos robustos podem ser qualificados e matizados pelo conhecimento neurocientífico. Essa possibilidade se reveste de grande relevância. Uma teoria ou categoria filosófica da linguagem acaba se isolando de modo temerário, caso não

leve em conta certos aspectos do arcabouço biológico da linguagem. Por outro lado, uma teoria neurofisiológica da linguagem não atinge sua plena potencialidade se não houver uma construção filosófica do tema que a ela se adeque de maneira coerente. A interação entre as duas áreas do conhecimento abordadas (filosofia da linguagem e neurociência) não só é mandatória como pode render um importante incremento de parte a parte. Serão destacadas, aqui, alguns pontos das abordagens filosóficas mentalista e não-mentalista do significado, seguindo-se o seu enfrentamento com os achados neurolinguísticos pertinentes.

3.2 *Griceanos*

O principal nome da corrente mentalista é Paul Grice. Para ele, a noção de significado não coincide com o mero significado das sentenças e essa não-literalidade o faz adentrar no domínio da pragmática (Leclerc, 2008). As expressões linguísticas adquirem sua carga semântica a partir do conteúdo de estados mentais a elas associados. Representações linguísticas são analisadas, portanto, a partir de representações mentais. Um elemento fundamental no significado seria a intenção do falante ou de quem expressa a sentença (*utterer*) em provocar certas reações em quem escuta o que é dito (*hearer*). A noção de *speaker-meaning* é muito presente no pensamento de Grice, assim como o papel do reconhecimento do ouvinte para a consecução da comunicação. O componente psicológico teria, assim, grande importância em alicerçar o significado do que foi dito.

Nas palavras de Lycan (2019, p. 91, tradução nossa), Grice constrói um “projeto reduutivo, a explicação do significado da sentença em termos psicológicos”¹¹. O significado é analisado em termos de conteúdos mentais dos falantes, ligados à sua Intenção/Intencionalidade que,

¹¹ “reductive project, the explication of sentence meaning in psychological terms” (Lycan, 2019, p. 91).

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem reconhecida pelos ouvintes, tornaria possível a comunicação (RECANATI, 1986). Apesar desse mentalismo aparentemente estreito, Grice não era um pensador limitado e o contexto não está descartado de suas reflexões. Ao discorrer sobre o contexto em Grice, Chapman (2005, p. 74, tradução nossa) registra que:

[...] o ouvinte pode, por vezes, olhar para o contexto específico para determinar a precisa intenção por trás de uma declaração; ele pode considerar, por exemplo, qual, dentre duas possíveis interpretações, seria a mais relevante em relação ao que aconteceu antes ou qual iria se adequar da maneira mais óbvia ao propósito do falante¹².

Como fica claro, a ideia de contexto em Grice (1957) não deixa de estar centrada no psicologismo do *speaker-meaning* e em sua intencionalidade.

A corrente mentalista parece ser mais adaptada à ideia de um processamento linguístico de significado lastreado em um aparato semântico já existente de maneira estável na estrutura psicológica do indivíduo e alguns achados neurolinguísticos indicam a possibilidade de se relacionar tais características com determinada fase mais tardia de maturação do processamento linguístico.

3.3 Kripkeanos

Em outra abordagem, a grande referência da corrente não-mentalista é o filósofo Saul Kripke. Sua obra filosófica é ampla e bastante sofisticada, mas o foco neste trabalho será sua abordagem sobre o significado, a partir de algumas reflexões acerca dos nomes próprios e dos nomes comuns. Para ele, um aspecto crucial do conteúdo semântico seria o liame histórico-causal do significado de um nome ou de uma sentença

¹² “the hearer may sometimes look to specific context to determine the precise intention behind an utterance; he may consider, for instance, which of two possible interpretations would be the most relevant to what has gone before or would most obviously fit the speaker’s purpose” (Chapman, 2005, p. 74).

(Kripke, 1980). Essa característica foi trabalhada primeiramente para nomes próprios e, depois, ampliada para termos gerais ou nomes naturais.

Linsky (2011) assinala que Kripke foi inspirado, em parte, pelos alertas do Wittgenstein tardio, quando este mostrou que os nomes têm um uso na linguagem que não se caracteriza ou não se confunde com sua descrição particular, ou com suas várias descrições. Em outras palavras, a teoria descritiva, na esteira de Frege e de Russell, não seria mais suficiente para dar conta da discussão acerca do significado dos nomes. No célebre §79 da obra *Investigações Filosóficas*, o filósofo austríaco questiona se o nome *Moisés* poderia ser definido por meio de suas várias descrições ou se poderia ter um uso fixo e inequívoco para uma determinada pessoa em todos os casos possíveis (Wittgenstein, 1986).

Kripke (1980) usa o nome *Nixon* para construir seu exemplo de nome próprio e para criticar o descritivismo. O liame histórico-causal kripkeano se daria a partir do *batismo* de um indivíduo. Trata-se de uma utilização referencial diferenciada de um dado nome, que poderia dar rigidez à sua designação. Assim, o nome próprio *Nixon* se tornou, após seu batismo inicial — historicamente rastreável no caso dele —, um designador rígido ligado àquele que foi presidente dos Estados Unidos durante os anos 1970. Nas palavras de Kripke (1980, p. 96, tradução nossa), “Quando o nome é ‘passado de conexão em conexão’, o receptor desse nome deve pretender, presumo eu, utilizá-lo com a mesma referência assumida pela pessoa de quem ele ouviu e aprendeu o nome”¹³.

Fica claro que o batismo inicial kripkeano se dá no mundo, em um contexto que faz com que assuma determinada carga semântica. Afinal, o presidente dos Estados Unidos nos anos 1970 sequer precisava

¹³ “When the name is ‘passed from link to link’, the receiver of the name must, I think, intend when he learns it to use it with the same reference as the man from whom he heard it” (Kripke, 1980, p. 96).

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem

ter por nome “Nixon”. Mas ele o tinha e essa realidade factual e contextual foi crucial para que se construísse o liame histórico-causal ligado a esse nome. O raciocínio poderia se aplicar, também, a nomes comuns, como *água*. Como bem pontua Hughes (2004, p. 55, tradução nossa), “no arcabouço kripkeano, a maneira pela qual termos como ‘ouro’ ou ‘tigre’ adquirem sua referência é semelhante à maneira pela qual os nomes próprios adquirem sua referência”¹⁴. Essa abordagem entende que algo externo, o mundo e sua história, contribui de modo determinante com o significado. Tal significado não seria definido unicamente pelo que se passa nas mentes do falante e do ouvinte. O contexto e a configuração contingente e fática da realidade teriam importância fulcral, notadamente nos episódios ou nos eventos entendidos como sendo de batismo inicial. O contexto se mostra de grande importância, portanto, durante a construção semântica

A neurociência parece mostrar que é possível relacionar tal concepção teórica filosófica kripkeana com determinada fase de aprendizado da linguagem, notadamente durante a primeira infância.

4 Interação e qualificação do debate

A corrente mentalista griceana parece ser mais adaptada à ideia de um processamento linguístico de significado lastreado em um aparato semântico já existente de maneira estável na estrutura psicológica do indivíduo, o que propiciaria sua noção de significado com forte vínculo às representações mentais e à intencionalidade.

Contudo, também é possível relacionar a neurociência com a concepção teórica não-mentalista. Como exposto anteriormente, já está se consolidando a evidência de que a fase de aprendizado da

¹⁴ “On the Kripkean picture the way that terms like ‘gold’ or ‘tiger’ acquire their reference is like the way that proper names acquire their reference” (Hughes, 2004, p. 55).

linguagem, durante a primeira infância, tem forte influência do contexto, da linguagem posta no mundo real, para que se construa a categorização léxico-semântica que dá suporte à comunicação. Há estruturas cerebrais que são intensamente utilizadas nessa primeira fase, mas que perdem protagonismo na vida adulta, dando lugar a atividades cerebrais diferentes. Nesse momento inicial de apreensão da linguagem, o constructo filosófico não-mentalista kripkeano parece ter especial relevância. Posteriormente, uma vez consolidado o aparato semântico e já na vida jovem e adulta, o mais plausível é que exista um arcabouço estabilizado de significados que são recrutados durante o processamento cerebral ligado à linguagem exercitada no dia a dia. A característica mais notável no adulto é a de análise das relações semânticas, que já foram devidamente categorizadas na primeira infância.

Sendo assim, o arcabouço teórico não-mentalista de Kripke em relação ao significado parece se coadunar bem com os achados de processamento de linguagem (e de significado) encontrados em crianças até os três anos de idade, quando há a construção do aparato semântico, que se caracteriza pela dependência do contexto. Por outro lado e como já exposto, o arcabouço teórico mentalista de Grice, com ênfase em conteúdos de estados mentais e em representações mentais, ganha força nas fases posteriores da vida. É bastante plausível que, uma vez havendo um alicerce semântico com significados mais estáveis, a intencionalidade e o psicologismo adquiram maior importância na comunicação.

Fica claro que posições filosóficas aparentemente opostas e conflitantes podem se harmonizar, uma vez levados em conta alguns achados confiáveis da neurociência ligada ao processamento da linguagem.

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem

5 Considerações finais

Uma maneira um tanto ingênua de realizar a interação entre ciência e filosofia é aquela que consiste em tentar simplesmente fundamentar ou comprovar uma teoria filosófica com dados científicos. Neste caso, o risco de findar preso em uma das várias armadilhas do cientificismo é bastante considerável. Outra possibilidade de relacionar o conhecimento filosófico e o conhecimento científico passa, porém, pela não defesa de uma posição filosófica específica. Ao invés disso, pode-se levantar o conhecimento mais consolidado de parte a parte acerca de um tema e, realizando-se seu enfrentamento, chegar a uma adequação, buscando-se tanto pontos de fortalecimento mútuo como eventuais inconsistências. Esta estratégia parece ser a melhor e mais frutífera, evitando-se, acima de tudo, atitudes de uma deferência extrema que leva ao cientificismo ou de uma indocilidade iconoclasta, que leva ao cinismo contraproducente e paralisante. Não se pode incorrer no equívoco de criar uma falsa ideia de hierarquização entre o conhecimento científico e o restante do saber humano ou, ainda, erigir quimeras, como algum novo 'problema de demarcação', que mais cria guetos artificiais de conhecimento do que contribui para o entendimento da interação entre Ciência e Filosofia. O que parece se configurar a partir de uma interação matizada e adequada é a possibilidade da utilização cuidadosa do conhecimento científico como elemento de delimitação moderada, porém prudente e comedida, do discurso filosófico acerca de questões complexas. Reitere-se, para qualquer reflexão filosófica que venha a tecer comentários acerca do mundo objetivo, não basta que seja somente carregada de verossimilhança. Além de prezar por uma estrutura interna coerente, deve levar em conta, também, os achados que o próprio mundo objetivo disponibiliza a quem o escrutina, incluindo aqueles das chamadas ciências.

Sendo assim, após as devidas cautelas e a partir de um enfrentamento entre a neurociência e alguns constructos teóricos da filosofia da linguagem, surge uma oportunidade de incrementar a análise sobre temas intrincados, como o significado e o processamento semântico. A possível harmonização entre abordagens aparentemente díspares, como aquelas dos mentalistas e dos não-mentalistas acerca do significado, indica o grande potencial de uma interação cuidadosa entre filosofia e ciência. Kripke e Grice não precisam necessariamente entrar em conflito em relação ao processamento do significado. Simplificando o que foi exposto neste texto, está mais claro, hoje, que o primeiro pensador dialoga mais com as crianças e o segundo dialoga mais com os adultos nesse âmbito, não havendo hierarquia de importância entre seus constructos filosóficos e, muito menos, a clivagem entre uma posição equivocada e outra certa.

Referências

BAGGIO, G. *Neurolinguistics*. Cambridge: MIT Press, 2022.

BLUMSTEIN, S. Neurolinguistics: A Brief Historical Perspective. In: DE ZUBICARAY, G. I.; SCHILLER, N. O. (Ed.). *The Oxford Handbook of Neurolinguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190672027.013.1>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRAUER, J. *et al.* Dorsal and ventral pathways in language development. In: *Brain and language*, v. 127, n. 2, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23643035/>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRAUER, J.; FRIEDERICI, A. D. Functional neural networks of semantic and syntactic processes in the developing brain. In: *Journal of cognitive neuroscience*, v. 19, n. 10, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/jocn.2007.19.10.1609>. Acesso em: 10 set. 2023.

CAPLAN, D. *Neurolinguistics and linguistic aphasiology: An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511620676>. Acesso em: 10 set. 2023.

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem

CHAPMAN, S. *Paul Grice: Philosopher and linguist*. New York: Palgrave, 2005.

DE MARIA, T. L.; CHEVITARESE, A. L. Fundamentalismo Religioso Cristão: Em Busca de um Conceito. In: CHEVITARESE, A. L.; CAVALCANTI, J. B.; DUSILEK, S.; DE MARIA, T. L. (Orgs.). *Fundamentalismo Religioso Cristão. Olhares transdisciplinares*. Rio de Janeiro: Klíne, 2021.

ELING, P. History of Neurolinguistics. International. In: WRIGHT, J. D. (Ed.). *Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. 2. ed. Amsterdã: Elsevier, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.54037-9>. Acesso em: 10 set. 2023.

FRIEDERICI, A. D. *Language in your brain: The origins of a uniquely human capacity*. Cambridge: The MIT Press, 2017.

FRIEDERICI, A. D.; FRIEDRICH, M.; CHRISTOPHE, A. Brain responses in 4-month-old infants are already language specific. In: *Current Biology*, v. 17, n. 14, 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17583508/>. Acesso em: 10 set. 2023.

FRIEDERICI, A. D.; SINGER, W. Grounding language processing on basic neurophysiological principles. In: *Trends in Cognitive Sciences*, v. 19, n. 6, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2015.03.012>. Acesso em: 10 set. 2023.

GALILEI, G. *Ciência e Fé: Cartas de Galileu sobre o acordo do sistema copernicano com a Bíblia*. Trad. Carlos Arthur R. do Nascimento. São Paulo: UNESP, 2009.

GRICE, H. P. Meaning. In: *The Philosophical Review*, v. 66, n. 3, 1957. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0031-8108%28195707%2966%3A3%3C377%3AM%3E2.o.CO%3B2-P>. Acesso em: 10 set. 2023.

HAACK, S. Defending Science – Within Reason. In: *Principia*, v. 3, n. 2, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/principia/article/view/18355>. Acesso em: 4 set. 2023.

HAACK, S. Six Signs of Scientism. In: *Logos and Episteme*, v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <https://philarchive.org/rec/HAASSO>. Acesso em: 10 set. 2023.

HAHNE, A.; ECKSTEIN, K.; FRIEDERICI, A. D. Brain signatures of syntactic and semantic processes during children's language development. In: *Journal of*

cognitive neuroscience, v. 16, n. 7, 2004. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15453981/>. Acesso em: 10 set. 2023.

HUGHES, C. *Kripke: Names, necessity, and identity*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

KRIPKE, S. A. *Naming and Necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

KUHN, T. S. Logic of Discovery or Psychology of Research? In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Eds.). *Criticism and the Growth of Knowledge: Proceedings of the International Colloquium in the Philosophy of Science*, London, 1965. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139171434>. Acesso em: 10 set. 2023.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAUDAN, L. The Demise of the Demarcation Problem. In: COHEN, R.S., LAUDAN, L. (Eds.). *Physics, Philosophy and Psychoanalysis*. Boston Studies in the Philosophy of Science, v. 76. Dordrecht: Springer, 1983. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-94-009-7055-7_6. Acesso em: 10 set. 2023.

LE, H.; LUI, M. Y. *Aphasia*. [Updated 2022 Apr 30]. In: *StatPearls* [Internet]. Treasure Island: StatPearls Publishing, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK559315/>. Acesso em: 10 set. 2023.

LECLERC, A. Princípios para uma semântica das línguas naturais: os clássicos e os novos. In: *Perspectiva Filosófica*, v. 2. n. 30 e 31, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/763433/Princ%C3%ADpios_para_uma_Sem%C3%A2ntica_da_L%C3%ADnguas_Naturais. Acesso em: 10 set. 2023.

LINSK, B. Kripke on proper and general names. In: Berger, A. (Ed.). *Saul Kripke*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

LYCAN, W. G. *Philosophy of Language: A contemporary introduction*. 3. ed. New York: Routledge, 2019.

LYNCH, J. “Prepare to Believe”: The Creation Museum as Embodied Conversion Narrative. In: *Rhetoric and Public Affairs*, v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.14321/rhetpublaffa.16.1.0001>. Acesso em: 23 jul. 2023.

Para além da mera verossimilhança: Neurociência como elemento incrementador na análise de constructos teóricos da Filosofia da Linguagem

NG, S. *et al.* Disrupting self-evaluative processing with electrostimulation mapping during awake brain surgery. In: *Scientific Reports*, London, n. 11, 9386, 2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-021-88916-y>. Acesso em: 10 set. 2023.

PERANI, D. *et al.* Neural language networks at birth. In: *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 108, n. 38, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21896765/>. Acesso em: 10 set. 2023.

POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2007.

POPPER, K. *Conjecturas e refutações*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UnB, 2008.

RECANATI, F. On defining communicative intentions. In: *Mind & Language*, v. 1, n. 3, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0017.1986.tb00102.x>. Acesso em: 10 set. 2023.

RUSSELL, B. *Marriage and Morals*. Londres: Routledge, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203875346>. Acesso em: 10 set. 2023.

SKEIDE, M. A.; FRIEDERICI, A. D. The Ontogeny of the Cortical Language Network. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 17, 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nrn.2016.23>. Acesso em: 10 set. 2023.

SKEIDE, M.A.; BRAUER, J.; FRIEDERICI, A. D. Brain Functional and Structural Predictors of Language Performance. In: *Cerebral Cortex*, v. 26, n. 5, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cercor/bhvo42>. Acesso em: 10 set. 2023.

WIESMANN, C. G. *et al.* Two systems for thinking about others' thoughts in the developing brain. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 12, 2020. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/abs/10.1073/pnas.1916725117>. Acesso em: 10 set. 2023.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Trad. G. E. M. Anscombe. 3. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

ZACCARELLA, E., FRIEDERICI, A. D. The neurobiological nature of syntactic hierarchies. In: *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, v. 81, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2016.07.038>. Acesso em: 10 set. 2023.

A minha e as outras mentes em uma perspectiva de segunda pessoa

Juliana de Orione Arraes Fagundes¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.109.04>

1 Introdução: os pontos de vista de primeira e de terceira pessoa

A adoção de um ponto de vista considerado apropriado para o estudo do mental tem uma série de consequências para os problemas em Filosofia da Mente. Essa escolha pode estar relacionada a uma concepção do que seja o humano. Quem entende o humano a partir do ponto de vista da autoconsciência tenderá a defender que o único ponto de vista capaz de abordar aquilo que tem relevância é o de primeira pessoa. Dessa perspectiva, seria apenas por meio da *simulação* de um olhar sobre nossas próprias experiências mentais que conheceríamos as outras pessoas e poderíamos lhes atribuir estados mentais.

Por outro lado, quem caracteriza o humano a partir da sociabilidade e da linguagem tenderá a um ponto de vista de terceira pessoa no qual se compreende a subjetividade como constituída por meio da linguagem pública e simultaneamente a ela. Dessa perspectiva, entendem-se as outras mentes a partir das atribuições de estados mentais. Independente da perspectiva adotada, precisamos lidar com o fato de que fazemos constantes atribuições de estados mentais às pessoas ao nosso redor e que é somente com base nisso que conseguimos nos relacionar e dialogar.

¹ Professora Adjunta, DFCH/UESC. E-mail: joafagundes@uesc.br

Cada uma dessas perspectivas tem um pressuposto diferente acerca do que vem primeiro. Na primeira, o sujeito é constituído a partir de suas experiências subjetivas e a constituição da linguagem é posterior. Na segunda, as relações interpessoais são consideradas cruciais para que a subjetividade possa ganhar sentido. Por isso, há certos tipos de estados mentais que são tomados como paradigmáticos para quem adota cada uma dessas perspectivas. No primeiro caso, as sensações são tomadas como ponto de partida, pois elas possuem, segundo autores como Chalmers (1996); Nagel (2005) e Jackson (1986), características fenomênicas estritamente subjetivas, acessíveis apenas de um ponto de vista de primeira pessoa.

Já no caso da perspectiva de terceira pessoa, os estados mentais paradigmáticos seriam as atitudes proposicionais, caracterizadas por uma postura do sujeito frente a uma proposição, ou seja, envolvem uma linguagem complexa e articulada tipicamente humana. Podemos citar como representantes dessa perspectiva Davidson (1975) e Dennett (1971), autores para quem a atribuição de estados mentais passa por uma *interpretação* do comportamento, sem a qual não seríamos capazes de dar sentido às pessoas nem às instituições sociais que nos cercam.

Este trabalho pretende tratar da diferença entre as atribuições de estados mentais que fazemos a nós mesmos as que fazemos às outras pessoas. Abordar-se-ão as consequências que a adoção de cada um dos pontos de vista pode ter para o problema das outras mentes. Além disso, o ponto de vista de segunda pessoa será apresentado, argumentando-se que, por esse ponto de vista, o problema pode ser superado.

O artigo se subdivide da seguinte forma: a seção seguinte trata da assimetria epistêmica entre as auto-atribuições de estados mentais e as atribuições que fazemos às outras pessoas, mostrando que uma perspectiva de primeira pessoa gera um abismo entre as realidades objetiva e subjetiva. A terceira seção aborda a perspectiva de terceira

pessoa como proposta por Davidson, argumentando que essa proposta permite transposições desse abismo por meio das atitudes proposicionais. A quarta seção apresenta a perspectiva de segunda pessoa e a quinta seção a aplica ao problema das outras mentes, argumentando pela superação do problema por meio do compartilhamento das emoções.

2 Assimetria epistêmica

É importante notar é que há uma assimetria epistêmica entre as auto-atribuições de estados mentais e as hetero-atribuições, tanto no caso da perspectiva de primeira pessoa quanto no caso da perspectiva de terceira pessoa. É essa assimetria que dá origem ao problema das outras mentes, pois o tipo de acesso que temos aos nossos próprios estados mentais é diferente do que temos aos estados mentais das outras pessoas. Temos a intuição de que o conhecimento que tenho de meus próprios estados mentais é indubitável e direto, mas quando tratamos dos estados mentais alheios, parece que o conhecimento é inferencial e falível.

[...] na maioria das ocasiões as auto-atribuições psicológicas são consideradas corretas, diferentemente do que acontece no caso da terceira pessoa, quer dizer, no caso da hetero-atribuição, que por vezes, por exemplo, na presença de evidência adicional e sem nenhum tipo de estranhamento, podemos admitir que fizemos atribuições psicológicas incorretas (Perez, 2013, p. 33).

Isso pode nos levar a um ceticismo acerca das outras mentes. Se tomo como ponto de partida que o estudo do mental deve ser feito por um ponto de vista de primeira pessoa, as mentes das outras pessoas se tornam inacessíveis para nós. E se as experiências internas das outras pessoas forem completamente distintas das minhas? E se essa pessoa com quem dialogo não tiver qualquer experiência subjetiva, no fim das contas? Esse ceticismo está ligado a uma ruptura entre a subjetividade e

a objetividade. Se olhamos para os outros por uma perspectiva subjetiva, não temos como acessar sua subjetividade. Cada sujeito fico restrito a si mesmo.

Em uma perspectiva de terceira pessoa o ceticismo parece se amenizar. O problema é que essa perspectiva, ao estabelecer as atitudes proposicionais como ponto de partida para o estudo do mental, acaba não dando conta das experiências subjetivas. O abismo sujeito/objeto é mantido e aparentemente não há critérios para estabelecer conexões entre linguagem e subjetividade. Note-se que a perspectiva de terceira pessoa não supera o ceticismo acerca das outras mentes, mas segue por um caminho em que a questão é esfumaçada. Contudo, os defensores de uma perspectiva de primeira pessoa podem argumentar que, ao minimizar o papel da subjetividade, seus rivais, defensores de uma perspectiva de terceira pessoa, deixam de abordar o que realmente importa no estudo do mental.

Em ambos os casos, o que gera o ceticismo é a ideia de que a atribuição de estados mentais é mediada por algo. No caso da primeira pessoa, a atribuição de estados mentais é feita por meio de uma simulação dos estados mentais que o sujeito teria se estivesse no lugar do seu interlocutor. No caso da terceira pessoa, a atribuição é feita através de mecanismos psicológicos que permitem uma interpretação comportamental. Essa mediação separa e cria o abismo entre subjetividade e objetividade, gerando o ceticismo.

3 Pontes sobre o abismo²

Davidson lida com o ceticismo a partir de uma perspectiva de terceira pessoa, tomando a linguagem como elemento principal em sua análise. Nós sempre podemos nos equivocar ao atribuímos estados

² Seção baseada em Fagundes (2018).

mentais aos outros, mas ele mostra que os equívocos não são o mais comum. De acordo com o autor, não atribuímos esses estados mentais isoladamente, há um corpo complexo de estados mentais sendo atribuídos. A maioria desses estados mentais atribuídos são atitudes proposicionais. Porém, antes de termos estados mentais fundamentados na linguagem, já temos relações de triangulação que promovem uma conexão entre falante, interlocutor e mundo objetivo, ancorando as relações intersubjetivas a pontos de objetividade.

O autor propõe que os estudos acerca do mental e da linguagem devem estar conectados e que o mito da subjetividade deve ser abandonado. Para ele, a assimetria epistêmica deve ser compreendida ao mesmo tempo em que se compreende que a linguagem tem um caráter social, que o pensamento é linguístico e que não requer a existência de objetos mentais.

Uma vez que tenhamos abandonado o mito do subjetivo — a ideia de que os pensamentos requerem objetos mentais — é natural pensar que a autoridade de primeira pessoa, o caráter social da linguagem e os determinantes externos do pensamento e o significado se deem conjuntamente (Davidson, 1987/2001a, p. 43, tradução livre).

Não é possível negar que, ao falamos de nossos próprios pensamentos, temos bastante certeza, mas quando atribuímos pensamentos aos outros, a dúvida e a possibilidade do erro se fazem presentes. Surgem aqui duas questões filosóficas conectadas: a da autoridade de primeira pessoa acerca dos próprios estados mentais e a do problema do ceticismo acerca das outras mentes. Davidson (1987/2001a) pretende enfrentar ambas, mostrando que sua concepção do mental não ameaça o reconhecimento de uma assimetria entre o conhecimento de primeira pessoa acerca dos próprios estados mentais e o conhecimento que temos acerca dos estados mentais alheios.

A conexão entre o problema da autoridade de primeira pessoa e o problema tradicional das outras mentes é evidente, mas como levanto o primeiro problema, existem duas diferenças importantes. A autoridade de primeira pessoa é o problema mais restrito, uma vez que o tratarei apenas na medida em que se aplica a atitudes proposicionais como a crença, o desejo e a intenção; estar satisfeito, admirado, assustado ou orgulhoso de que algo seja o caso. Mas não analisarei o que frequentemente se considera que é central no problema das outras mentes: as dores e outras sensações e o conhecimento, a memória, a atenção e a percepção tanto dirigidas a objetos como a pessoas, ruas, cidades, cometas e outras entidades não proposicionais. Parece-me que o que se mantém para as atitudes proposicionais há de ser relevante para as sensações e o restante, mas não vou explorar aqui essa conexão (Davidson, 1984/2001b, p. 25-6, tradução livre).

Para Davidson (1988/2001c), a melhor maneira de compreendermos essa conciliação é a partir dos fatos por meio dos quais aprendemos a linguagem e interpretamos as palavras. Essa aprendizagem provém dos objetos e circunstâncias que cercam o aprendiz, por meio da relação de triangulação entre aprendiz, instrutor e mundo. Vale notar que a triangulação se faz presente sempre que há duas criaturas em interação entre si e com o mundo exterior. Portanto, ela é anterior à linguagem serve de suporte ao seu surgimento.

Outro ponto que merece destaque o é que, após o surgimento da linguagem convencional, o pleno funcionamento do processo de triangulação depende de que os envolvidos no diálogo atribuam um conjunto de crenças majoritariamente verdadeiras uns aos outros. Cada um precisará partir do pressuposto que os sinais linguísticos emitidos pelo outro possuem uma conexão apropriada com o mundo. Apenas assim é que a comunicação linguística se torna possível. Além disso, se conseguimos algum sucesso ao nos comunicarmos, é porque de fato o que se passa na mente de nosso interlocutor coincide em grande medida com o que pensamos que se passa lá.

A perspectiva do intérprete que atribui crenças ao outro para poder compreender o que ele diz, assim, é em grande medida confiável.

Ainda que o intérprete atribua muitas crenças falsas ao seu interlocutor, só poderá atribuí-las sobre um pano de fundo de crenças majoritariamente verdadeiras. Por isso, dentro do conjunto total de crenças do usuário de uma língua, a maioria delas deverá ser verdadeira. Caso contrário, a comunicação não seria possível. De modo bem geral, é a isso que se denomina “princípio de caridade”, um pressuposto para a interpretação bastante desenvolvido no pensamento de Davidson.

Diante dessa perspectiva de Davidson, portanto, sua estratégia para salvaguardar a autoridade de primeira pessoa acerca dos estados mentais consiste em apresentar o mental como sendo relacional. “A solução, no caso dos estados mentais [...] se trata de desfazer-se da metáfora dos objetos ante à mente” (1987/2001a, p. 68, tradução livre). Com isso, a perspectiva de terceira pessoa de Davidson fornece meios pelos quais podemos acessar as outras mentes, ainda que com falhas e enganos, permitindo transposições ao abismo entre sujeito e objeto.

Tomasello (2014) desenvolve pesquisas comparadas entre nós e os primatas não humanos. Segundo o autor, para que a forma de pensar e agir propriamente humana pudesse surgir, foi necessário haver antes relações de triangulação entre primatas não humanos e mundo (mecanismos de atenção conjunta). No caso humano, há instituições, normas sociais e linguagem. Nós formamos teias coletivas que nos permitem nos relacionar de formas altamente complexas. Porém, na base disso, estão as relações de triangulação. Isso ocorre não apenas na história evolutiva, como também na história de vida de cada indivíduo humano³. Entendendo o papel da linguagem e da mente dentro de um contexto evolutivo, também é possível construir caminhos de transposição do abismo objetivo/subjetivo, pois nossas estruturas

³ O autor fala em engajamento de segunda pessoa, ou intencionalidade compartilhada, quando dois indivíduos que se voltam para um objeto. Veremos que sua concepção de segunda pessoa é diferente da que abordamos neste artigo, pois o engajamento de segunda pessoa, para o autor, envolve processos de triangulação.

psicológicas foram constituídas a partir do contato direto de nossos ancestrais com a o mundo circundante.

Se o ceticismo provém de uma lacuna entre sujeito e objeto, autores como Davidson e Tomasello usam a linguagem para construir algumas pontes sobre essa lacuna, mas ela não deixa de existir, pois o acesso que temos aos estados mentais alheios, na perspectiva davidsoniana, é mediado pelos processos linguísticos. Com isso, os estados mentais que não são proposicionais são ignorados. Mas talvez sejam justamente eles que possam preencher definitivamente a lacuna.

Por uma perspectiva de terceira pessoa, os estados mentais são considerados como relacionais, pois eles são constituídos a partir de relações de triangulação. De fato, isso constrói pontes que permitem a relação do sujeito com o mundo objetivo por intermédio da linguagem, mas a ruptura objetivo-subjetivo ainda permanece. Vale notar que essa perspectiva se fortalece no pensamento contemporâneo a partir de autores como Wittgenstein (1953), Sellars (1956) e o próprio Davidson, baseando muitas pesquisas recentes em ciências cognitivas. Considera-se que a mente subjetiva é constituída linguisticamente e, portanto, provém da nossa habilidade de atribuição de estados mentais.

4 O que pode preencher essa lacuna

Falou-se acima sobre uma questão de anterioridade na concepção de ser humano. Em uma perspectiva de primeira pessoa, considera-se que o ser humano olha primeiro para si e parte da autoconsciência para construir suas relações sociais. Em uma perspectiva de terceira pessoa, a subjetividade se constrói juntamente com a sociabilidade e a linguagem. Vejamos, agora, o que acontece na perspectiva de segunda pessoa.

Perez e Gomila (2021) consideram que antes da subjetividade e da linguagem há o compartilhamento das emoções, o olhar nos olhos do

interlocutor e o ser emocionalmente afetado pelas emoções dele. Se os defensores de uma perspectiva de primeira pessoa tomavam as sensações como ponto de partida e os defensores da perspectiva de terceira pessoa tomavam como ponto de partida as atitudes proposicionais, sob a perspectiva de segunda pessoa, o tipo de estado mental que serve como ponto de partida são as emoções.

De acordo com os autores, na fundamentação da linguagem e antes dos processos de triangulação, há interações diretas, face-a-face em que predominam as expressões emocionais. Nós reagimos aos estados emocionais alheios de forma direta e automática. De acordo com Perez (2022), nesse tipo de interação não há uma interpretação dos estados mentais alheios, mas eles são vistos diretamente como significativos, ou seja, as atribuições de estados mentais não possuem nenhum intermediário.

As interações de segunda pessoa seriam anteriores e mais básicas do que as de primeira e as de terceira pessoa em três sentidos: ontogenético, filogenético e conceitual. No sentido ontogenético, os bebês recém-nascidos já reagem às expressões emocionais de seus cuidadores antes de haver os mecanismos de triangulação. Na história evolutiva, o compartilhamento emocional também é anterior. No sentido conceitual, segundo os autores, aprendemos a dar sentido às emoções com nossos cuidadores e isso está na base da formação da subjetividade e dos processos de triangulação expostos por Davidson e por Tomasello.

Em outras palavras, se a subjetividade e a linguagem se formam conjuntamente, os conceitos relacionados às expressões emocionais e às suas experiências se constituem, ainda que de forma parcial, anteriormente. Saber usar conceitos em contextos apropriados, para os autores, é o suficiente para a sua posse parcial e é a base para que, posteriormente, por intermédio dos processos de triangulação, seja

possível o domínio completo tanto dos conceitos relacionados às emoções quanto de outros conceitos mentais.

Nossa tese central é que as interações de segunda pessoa [...] envolvem uma forma genuína e distinta de atribuição psicológica. Nós argumentamos que essa é a forma básica, conceitualmente, ontogeneticamente e filogeneticamente, de entender a mentalidade, a escada exigida para dominar outras formas de atribuição psicológica (tais como as atitudes proposicionais) (Pérez; Gomila, 2021, p. 12, tradução livre).

As interações de segunda pessoa têm as características de serem corporificadas, recíprocas e envolverem aspectos conceituais que vão além das informações declarativas em um diálogo. Nessas interações, o gestual, a expressão facial, o movimento corporal e as inflexões vocais são altamente significativos. Quando se fala em reciprocidade, é que não há uma independência entre quem atribui e a quem é atribuído o estado mental. As alterações nos estados mentais emocionais acontecem simultaneamente no contexto da interação, não há intermediários. Imaginemos duas pessoas dançando juntas. Nessa situação, o ritmo, os movimentos, a emoção sentida e expressa pelos bailarinos entram em uma sintonia. Os corpos de cada um reagem conforme os movimentos do outro de modo que uma harmonia é criada entre os movimentos de ambos. As experiências emocionais de cada um também são alteradas.

Ao adotarmos uma perspectiva de segunda pessoa, temos nossos estados mentais diretamente alterados pelos estados mentais dos outros. A relação entre subjetivo e intersubjetivo não possui intermediários. Com isso supera-se o ceticismo que parecia pairar entre um sujeito e um interlocutor misterioso e objetificado, pois as emoções do outro, enquanto se expressam, alteram as minhas próprias emoções. Os estados mentais alheios se tornam disponíveis para mim e alteram diretamente a minha subjetividade quando me engajo em iterações de segunda pessoa.

Olhando por uma perspectiva de segunda pessoa, portanto, as atribuições de estados mentais emocionais são automáticas. Em geral, não refletimos linguisticamente sobre elas, mas elas estão na base das nossas interações e da nossa subjetividade. Por isso, as atribuições de estados mentais, tão fundamentais para que possamos desenvolver a linguagem complexa e articulada, podem ser entendidas por uma via na qual o problema das outras mentes é superado.

5 Outras mentes

Nas interações de segunda pessoa, os estados mentais alheios se tornam publicamente disponíveis a partir da expressão corporal da emoção. Somos emocionalmente afetados, nossa subjetividade é alterada de forma direta a partir do contato direto face-a-face com as outras pessoas. Com isso, nossas emoções se tornam também publicamente disponíveis para as outras pessoas. Os estados mentais, portanto, não se restringem ao universo subjetivo. A intersubjetividade, a partir desse aspecto do mental, se ancora em relações contingentes de reciprocidade. Por exemplo, em uma conversa com uma amiga há muitas experiências emocionais compartilhadas e esses compartilhamentos emocionais dão um sentido à informação declarativa. Quer dizer, esse sentido seria outro se as mesmas informações declarativas ocorressem em outro contexto e acompanhadas de outras expressões corporais.

De acordo com Pérez (2018), a expressão e a experiência são partes constituintes dos estados mentais emocionais e não podem ser dissociadas. É comum na tradição filosófica haver uma espécie de separação entre a emoção experienciada por uma perspectiva subjetiva e a emoção expressa. Na tradição, a emoção estaria dentro do sujeito e seria detectada por introspecção enquanto a expressão estaria fora, disponível publicamente. Dessa forma, o acesso ao estado mental emocional alheio se daria por meio de uma inferência feita a partir da sua expressão

corporal. Essa inferência seria do mesmo tipo que é feito ao interpretar o discurso verbal de alguém atribuindo-lhe atitudes proposicionais. A tese dela, contudo, é de que, ao contrário do que prega a tradição, alguns estados mentais são percebidos diretamente.

O caso paradigmático no qual esta ideia se torna mais evidente está no caso dos estados emocionais, onde há uma expressão emocional característica que nos mostra o estado mental do outro, o torna visível, e está apelando à ideia de expressão de que podemos entender o que significa percebermos diretamente a mente do outro (Pérez, 2018, p. 82).

A autora defende que, ao contrário das atitudes proposicionais, que demandam uma expressão verbal e interpretação comportamental, as emoções são diretamente percebidas. Para ela, a expressão da emoção é parte necessariamente constituinte da experiência emocional. Em outras palavras, a relação entre expressão e emoção não é contingente. A emoção não se restringe ao mundo subjetivo, pois é um fenômeno psicomotor e por isso, conforme a linguagem da autora, inspirada em Wittgenstein, a emoção *se mostra* por meio de sua expressão.

Como ela defende que a perspectiva de segunda pessoa é mais básica, há dois processos de constituição da intersubjetividade, seno um posterior ao outro. Primeiro, ocorre a intersubjetividade primária, que seria diádica, na relação eu-tu. Sobre essa base, então, ergue-se a intersubjetividade secundária, triádica, de modo que a triangulação se estrutura sobre as interações de segunda pessoa. Com isso, a aquisição de um vocabulário psicológico plenamente constituído se torna possível pela nossa compreensão pré-conceitual das mentes das outras pessoas.

A partir a formação do vocabulário psicológico, essa compreensão se estrutura de modo que possamos descrever as mentes alheias e as nossas a partir de uma psicologia de senso comum teórica. Mesmo assim, a maneira como acessamos o mental, tanto nosso como alheio, é fundamentalmente pelas interações de segunda pessoa, sem as quais não poderíamos atribuir atitudes proposicionais, uma vez que elas são mais

tardias no desenvolvimento ontogenético e filogenético. O que faz com que o problema das outras mentes deixe de existir em uma perspectiva de segunda pessoa é que as auto-atribuições e as hetero-atribuições não têm funcionamentos radicalmente diferentes. Por essa perspectiva, nossos estados mentais são alterados pelos estados mentais alheios de forma direta.

Essa nova perspectiva põe em questão alguns pressupostos básicos que dão origem ao problema das outras mentes. Ela rejeita o pressuposto de que as auto-atribuições são imediatas e diretas e as hetero-atribuições são inferenciais. Como mostramos, as atribuições que mediam nossas interações intersubjetivas também são diretas e imediatas [...]. Além disso, ser direto e imediato não garantem certeza: pode-se estar enganado tanto nas auto-atribuições como nas hetero-atribuições. Isso não significa que não exista assimetria epistêmica entre a primeira e a terceira pessoas. Como explicamos, a perspectiva de segunda pessoa depende de pistas corporalmente expressas, perceptualmente disponíveis através das interações, como contingências recíprocas. A perspectiva de primeira pessoa não requer nenhuma percepção (Perez; Gomila, 2021, p. 174, tradução livre).

6 Considerações finais

Este trabalho se voltou para o estudo acerca de como a adoção de cada um desses pontos de vista para se estudar o mental, o de primeira pessoa, o de segunda pessoa e o de terceira pessoa, possui pressupostos e consequências diferentes. Em especial, tratou-se do problema das outras mentes. Abordou-se o modo como a abordagem de primeira pessoa agrava o problema das outras mentes, tornando-o mais intratável, pois ela aumenta o abismo entre os aspectos objetivo e subjetivo da realidade. Em seguida, apresentou-se a abordagem de terceira pessoa de Davidson, mostrando que ela consegue encontrar, por meio das atitudes proposicionais, uma via para transpor o abismo. Essa via, contudo, é limitada, pois se restringe apenas a um tipo de estado mental e pressupõe

um intermediário entre eu e outro nas atribuições psicológicas: a interpretação comportamental.

Em seguida, apresentou-se a abordagem de segunda pessoa, em que as atribuições de estados mentais aos outros ocorrem reciprocamente às auto-atribuições. Os estados mentais próprios e alheios são diretamente alterados nas interações face-a-face. Nesse tipo de interação, aspectos não-verbais compartilhados, como expressões corporais das emoções, são altamente significativos. Foi dito que a perspectiva de segunda pessoa está na base da formação da linguagem e da subjetividade.

O que se pode dizer sobre o sujeito e a linguagem se erguerem sobre a base das emoções compartilhadas? Primeiro, que a perspectiva de segunda pessoa é importante para que a de primeira pessoa seja constituída de modo completo, mas mesmo assim, há um tipo de acesso privilegiado da primeira pessoa aos seus estados mentais. Além disso, pode-se afirmar que nosso entendimento mais primário do mental provém da disposição que temos para nos conectarmos às outras pessoas e essa disposição é muito anterior à linguagem complexa e articulada. Assim, as interações com as outras pessoas são requisitos para que possamos nos tornar sujeitos.

Considerando isso, por uma perspectiva de segunda pessoa, o problema das outras mentes não é colocado. A mente não é tomada como algo que se restrinja ao sujeito. Ela é corporificada e publicamente acessível por meio das expressões das emoções. As interações de segunda pessoa são pré-requisito para a constituição da triangulação, conseqüentemente, da primeira e da terceira pessoas, da objetividade, da subjetividade e da linguagem.

Referências

CHALMERS, D. *The conscious Mind*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

DAVIDSON, D. Thought and Talk. In: DAVIDSON, D. *Inquiries into truth & interpretation*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1984. [Artigo publicado originalmente em 1975].

DAVIDSON, D. The first person authority. In: DAVIDSON, D. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001b. [Artigo publicado originalmente em 1984].

DAVIDSON, D. Knowing One's Own Mind. In: DAVIDSON, D. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001a. [Artigo publicado originalmente em 1987].

DAVIDSON, D. The myth of the subjective. In: DAVIDSON, D. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001c. [Artigo publicado originalmente em 1988].

DENNETT, D. Intentional Systems. In: *The Journal of Philosophy*. v. 68, n. 4, 1971. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2025382>. Acesso em 10 jun. 2017.

FAGUNDES, J. *A Mente Interpretada: O realismo moderado de Davidson e Dennett*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

JACKSON, F. What Mary didn't know. In: *Journal of Philosophy*, v. 83, n.5, 1986.

NAGEL, T. Como é ser um morcego? In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, v. 15, n. 1, 2005. [Trad. Paulo Abrantes e Juliana de Orione. Publicado originalmente em 1974].

PÉREZ, D. *Sentir, Desejar, Creer: Una aproximación filosófica a los conceptos psicológicos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

PÉREZ, D. A Expressão das Emoções e a Segunda Pessoa. In: TOLEDO, G. L.; GOUVEA, R.; ALVES, M. A. *Debates Contemporâneos em Filosofia da Mente*. São Paulo: FiloCzar, 2018.

PÉREZ, D. La segunda persona y la teoría de la mente. In: *Revista Ideação*, n. 45, 2022.

PEREZ, D.; GOMILA, A. *The Second Person: Social Cognition in Human Interaction*. Routledge: London; New York, 2021.

SELLARS, W. *Empiricism and the philosophy of Mind*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1997 [Publicado originalmente em 1956].

SILVA FILHO, W. J.. Davidson, Sócrates e os instrumentos da Filosofia. In: GHIRALDELLI JR., P.; BENDASSOLLI, P. F.; SILVA FILHO, W. J. (Orgs.) *Donald Davidson: ensaios sobre a verdade*. São Paulo: Unimarco, 2002.

TOMASELLO, M. *A Natural History of Human Thinking*. Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores). [Trad. José Carlos Bruni. Publicado originalmente em 1953].

Davidson, McDowell e a ameaça idealista

*Marco Aurélio Sousa Alves*¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.109.05>

1 Introdução: dentro e fora

A acusação de que uma relação puramente causal entre mente e mundo não acomoda satisfatoriamente o conteúdo empírico do pensamento é o centro da crítica de McDowell (1994) a Davidson. Davidson acredita que seu pensamento aceita uma forma de racionalidade nessa relação, mas tal razão não seria fornecida diretamente pela experiência. Ora, se a crença perceptiva é apenas causada, ou gerada, pela forma como o mundo é, então aquilo que ela oferece não é o mundo ele mesmo, mas uma certa recepção, ou interpretação, dele por parte do sujeito que percebe. Daí a acusação de McDowell de que tal imagem deixaria o pensamento girando no vazio, sem um controle racional vindo de fora.

A noção de dentro e fora da esfera do pensamento merece esclarecimentos (*cf.* McDowell, 1995). Davidson adota uma divisão entre um nível ontológico básico, habitado por objetos e eventos, e outro nível superveniente, habitado por entidades intensionais. O segundo nível é regrado por princípios normativos estranhos ao outro domínio.

Uma das formas de caracterizar o primeiro nível é vê-lo como um espaço regrado por leis causais estritas. Isso só é possível se esse espaço puder abarcar, numa descrição satisfatoriamente inclusiva, todas as

¹ Professor Adjunto, DFIME/UFSJ; Professor Permanente, PPGFIL/UFSJ; Professor Permanente, POSDEFIL/UFOP. E-mail: marcoaurelioalves@ufsj.edu.br

entidades com poderes causais. Nesse domínio, as leis são “tão deterministas quanto pode ser a natureza”², não sendo admitidas lacunas ou cláusulas *ceteris paribus* (Davidson, 1993, p. 191). No domínio mais fundamental, o universo é tratado como um sistema fechado (*closed system*), onde tudo o que importa causalmente é contemplado.

Davidson identifica, muitas vezes, esse nível ontologicamente primitivo com o campo de estudo da física. Não exatamente a física que temos hoje, mas a física ideal (*ideal physics*), a física desenvolvida (*developed physics*), a física final (*finished physics*), ou a física-que-engloba-tudo (*all-encompassing physics*)³. Daí seu fisicalismo: a física apresenta uma descrição total do universo, inclui todos os indivíduos (*tokens*) em seu mapeamento, é capaz de individuar todas as entidades causalmente eficientes. Uma vez que as relações causais colocam entidades individuais (eventos) relacionando-se entre si, e sendo todas elas descritíveis pela física, então esta ciência está autorizada a buscar leis universais que explicam o comportamento do universo.

Apesar do monismo ontológico, do mundo único descritível, em sua totalidade, pela física, há formas descritivas alternativas que classificam os eventos conforme princípios estranhos à física. As explicações passíveis de serem obtidas com essas novas descrições não podem ser alcançadas a partir de leis estritas. Nesse domínio não-reduzível ao vocabulário físico, temos classes de entidades (*types*) que se relacionam com outras classes ou predicados de forma não mais mapeáveis pelo vocabulário físico. Esse domínio emergente não inclui novos indivíduos (*tokens*), mas conforma um espaço onde as leis estritas já não têm aplicação, pois leis, ao contrário de relações causais particulares, são estabelecidas entre classes (*types*), e as leis operantes no domínio físico não se aplicam a essas novas classes. Ou seja, Davidson

² “as deterministic as nature can be found to be”.

³ Esses termos foram retirados de Davidson, 1993 e 1995.

combina monismo ontológico com pluralismo descritivo, permitindo assim o caráter irreduzível das descrições mentais.

Dentro dessa imagem, a crença perceptiva (um evento mental) pode ser causada ou causar eventos físicos. Daí a relação causal da mente com o mundo. Conceitos mentais, embora instanciados pelas mesmas coisas que instanciam conceitos físicos, não têm correspondentes nos conceitos físicos. Como leis se constroem unicamente entre conceitos físicos, explicações com conceitos mentais são irreduzíveis a explicações num vocabulário físico. Temos, assim, uma espécie de incomensurabilidade de tipo (*types*).

Conceitos são entidades mentais que se relacionam entre si por padrões normativos. Objetos e eventos se relacionam entre si por relações causais. Estes dois tipos de padrão relacional não podem cruzar os caminhos um do outro. A possível redução da psicologia à física, por exemplo, não quebra essa barreira, mas constitui uma redução inter-teórica, algo que acontece no espaço comum das relações racionais. O que não podemos é conectar eventos com conceitos de maneira racional. Conceitos são coisas que existem na mente. No mundo, existem objetos e eventos, que admitem diferentes descrições, potencialmente irreduzíveis entre si. Um mundo habitado por coisas não-conceituais não pode se relacionar racionalmente com nossos conceitos. Daí a conclusão de Davidson: a relação só pode ser causal.

Davidson estabelece, portanto, uma fronteira entre dentro e fora da esfera conceitual. Objetos e eventos, *qua* objetos e eventos, estão fora dela, e são eles que, no final das contas, possuem poderes causais. Um enunciado causal descreve uma relação entre eventos, sendo, portanto, extensional. São os eventos que compõem, ontologicamente falando, o mundo. Dentro da esfera conceitual, temos entidades supervenientes, coisas que se relacionam racionalmente não por serem os eventos que são, mas por serem descritas como são. É a descrição que tem poderes

racionais, sendo a eficiência causal indiferente à forma como algo é descrito. Davidson (1993, p. 190) faz uma ironia para ilustrar esse ponto: “chamar a invasão americana no Panamá de ‘Operação Causa Justa’ não altera as consequências desse evento”⁴.

2 Acerca de um truísmo

Chegamos a um ponto mais profundo concernente a um dos aspectos da crítica de McDowell a Davidson. McDowell se opõe à imagem que traça uma fronteira externa em torno da esfera conceitual, havendo uma realidade fora dessa fronteira se impondo para dentro dela, fazendo com que a esfera conceitual seja da forma que é. Essa seria fronteira que, segundo Davidson, só seria cruzada por relações causais (indiferentes às descrições que estabelecem a fronteira).

Davidson, por sua vez, acusa McDowell de habitar o mundo com enigmáticas entidades intensionais. Davidson (1997, p. 123) afirma, por exemplo, que “o universo, obviamente, é indiferente aos nossos conceitos”⁵. Ele parece dizer, com isso, que o pensamento emerge do mundo, apoiando-se, portanto, sobre as práticas humanas efetivas, mas o “obviamente” da citação demonstra que ele vê os conceitos e o pensamento como uma esfera, e o mundo como algo fora, independente ou alheio a tudo isso. Conceitos não são o mundo, mas emergem dele.

Dizer que a realidade não está fora da esfera conceitual insinua, de fato, uma postura idealista. Tal manobra parece envolver uma negação da independência da realidade em relação ao nosso pensamento. McDowell (1994, p. 63) entende o que há de sedutor nessa objeção, mas insiste que ela não procede.

⁴ “Naming the American invasion of Panama ‘Operation Just Cause’ does not alter the consequences of the event”.

⁵ “The universe is, needless to say, indifferent to our concepts”.

Há um truísmo que pretende ser salvaguardado por McDowell contra mal-entendidos que insistem em torná-lo problemático. O truísmo foi bem colocado por Wittgenstein (1953, §95): “quando dizemos e queremos dizer que tal-e-tal é o caso, nós — e nosso querer dizer — não nos detemos em nenhum lugar aquém do fato, mas queremos dizer: isto-é-assim”⁶. Uma vez que podemos também pensar, e querer dizer, coisas que não existem, há um paradoxo nesse truísmo: nada garante nossa miraculosa capacidade de pensar a realidade. O paradoxo aparece da seguinte forma em Wittgenstein (1953, §428): “como é possível ao pensamento lidar com o próprio objeto? Sentimos como se, por seu intermédio, tivéssemos capturado a realidade em nossa rede”⁷.

McDowell (1994, p. 64) defende que:

[...] não existe lacuna ontológica entre o tipo de coisa que podemos querer dizer, ou, de modo geral, entre o tipo de coisa em que podemos pensar, e o tipo de coisa que pode ocorrer. Quando alguém pensa de modo verdadeiro, aquilo em que pensa é aquilo que ocorre⁸.

A ideia é que não há uma lacuna entre o pensamento, enquanto tal, e o mundo. “Naturalmente, o pensamento pode distanciar-se do mundo por ser falso, mas não há distância do mundo que esteja implícita na própria ideia de pensamento”⁹, afirma McDowell (1994, p. 64). Quando nos iludimos, não apreendemos um fato, é claro. Mas se não estamos iludidos, podemos dizer que o que observamos é “que as coisas são de tal e tal modo”. Que as coisas são de tal e tal modo é, ao mesmo

⁶ “Wenn wir sagen, meinen, daß es sich so und so verhält, so halten wir mit dem, was wir meinen, nicht irgendwo vor der Tatsache: sondern meinen, daß das und das — so und so — ist”.

⁷ “Wie war es möglich, daß der Gedanke von diesem Gegenstand selbst handelte? Es scheint uns, als hätten wir mit ihm die Realität eingefangen”.

⁸ “there is no ontological gap between the sort of thing one can mean, or generally the sort of thing one can think, and the sort of thing that can be the case. When one thinks truly, what one thinks is what is the case”.

⁹ “Of course thought can be distanced from the world by being false, but there is no distance from the world implicit in the very idea of thought”.

tempo, conteúdo de uma experiência ou de uma crença, e, caso não estejamos iludidos, “um aspecto da disposição geral do mundo: é o modo como as coisas são”¹⁰ (McDowell, 1994, p. 63).

McDowell quer falar da experiência como “abertura para a realidade”, o que, em si mesmo, não é nada mais que um truísmo. E isso só se torna possível se adotarmos uma adequada visão da realidade. “Embora a realidade seja independente de nosso pensamento, ela não deve ser imaginada como algo que está fora de um limite externo que engloba a esfera conceitual”¹¹ (McDowell, 1994, p. 63). Aí, parece-me, está a grande distância entre McDowell e Davidson.

3 O fantasma do idealismo

A acusação de idealismo nasce da suspeita de que, ao tornarmos o mundo conceitual, representaremos o mundo, como diz McDowell (1994, p. 65), “como uma sombra de nosso pensamento, ou até mesmo como sendo constituído por material mental”¹². É evidente que nem sempre houve seres falantes, e que o mundo existia muito antes de pensarmos nele. É também evidente que a Terra continuará girando em torno do Sol, quer pensemos nisso ou não. Mas, uma vez que temos conceitos e percebemos o mundo conceitualmente, não há por que achar que o mundo não pode participar dessa esfera do pensável. Assim como podemos ver o pensamento como dependente daquilo que ocorre, podemos ver o que ocorre como dependente do pensamento. “Não há razão para procurarmos uma prioridade num sentido ou no outro”¹³, afirma McDowell (1994, p. 65).

¹⁰ “an aspect of the layout of the world: it is how things are”.

¹¹ “Although reality is independent of our thinking, it is not to be pictured as outside an outer boundary that encloses the conceptual sphere”.

¹² “as a shadow of our thinking, or even as made of some mental stuff”.

¹³ “there is no reason to look for a priority in either direction”. McDowell cita a leitura que Pears (1987) faz do *Tractatus* de Wittgenstein como ilustrando esse tipo de posição.

Eis o cerne do argumento de McDowell (1994, p. 65):

[...] ‘pensamento’ pode significar o ato de pensar, mas pode significar também o conteúdo que é pensado — aquilo que alguém pensa. Ora, se quisermos dar o devido reconhecimento à independência da realidade, precisaremos de uma coerção exterior ao pensamento e ao juízo, entendidos enquanto exercícios de espontaneidade. Esta coerção não precisa vir de um lugar exterior aos conteúdos pensáveis¹⁴.

Ou seja, a coerção precisa vir de fora do pensar, daquilo que pensamos aqui, hoje, ou em qualquer tempo e em qualquer lugar, mas não de fora daquilo que é pensável.

Para ilustrar as ideias de McDowell, pensemos na experiência visual das cores. Antes de qualquer coisa, podemos distinguir uma experiência interna e outra externa. A primeira seria puramente subjetiva, como quando uma pessoa bate a cabeça em algo e vê uma mancha vermelha, ou toma LSD e vê objetos coloridos. O segundo caso seria nossa experiência usual de ver objetos coloridos que entendemos como existindo fora de nossa experiência subjetiva. Nos dois casos, os conceitos são operantes na experiência (aplicamos o conceito VERMELHO, ou AZUL), mas, no segundo caso, o uso de conceitos é derivado do primeiro. Tal ponto foi tratado por Wittgenstein, quando ele recusa a possibilidade de atribuímos sentido a um conceito a partir de uma definição ostensiva privada.

Seja qual for o caso (interno ou externo), o uso de um conceito de cor exige do sujeito a posse de uma série de noções, tais como a ideia de algo ser um objeto com superfícies visíveis, ou noções acerca das condições de luminosidade e visibilidade, ou sobre a distinção entre algo ter uma cor (sob situações normais) e apenas parecer ter uma cor, etc. Ter

¹⁴ “‘Thought’ can mean the act of thinking; but it can also mean the content of a piece of thinking: what someone thinks. Now if we are to give due acknowledgment to the independence of reality, what we need is a constraint from outside thinking and judging, our exercises of spontaneity. The constraint does not need to be from outside thinkable contents”.

uma experiência cromática, no sentido de ter a consciência (*awareness*) de ver algo colorido, exige que o sujeito ponha em operação várias capacidades integradas de seu repertório conceitual, permitindo que a receptividade se ajuste à sua visão de mundo, podendo, portanto, fazer o sentido que faz, ser a experiência que é. Segundo McDowell (1994, p. 69), “é esta integração que nos permite conceber a experiência enquanto consciência — ou pelo menos consciência aparente — de uma realidade que independe da experiência”¹⁵.

Numa experiência cromática externa, as conexões racionais envolvidas no conceito conformam a experiência, situam a coisa experienciada num espaço repleto de implicações para a situação cognitiva do sujeito no mundo”. Nosso aparato conceitual, operativo na experiência, é um todo racionalmente articulado, e o sujeito interpreta sua experiência como pertencendo a uma realidade mais ampla, que não se apresenta, isoladamente, na experiência particular que ele tem. Tal inserção do objeto da experiência externa num todo mais amplo explica por que esse objeto independe da própria experiência para existir.

A afirmação trivial de que o mundo continua a ser como é independentemente de nossas experiências é mantida, apesar dos conceitos serem operativos em nossas experiências. O mundo como um todo é independente da experiência particular. O objeto da experiência particular é fixado em relação ao espaço das experiências possíveis. Ela, a experiência particular, poderia perfeitamente não ter ocorrido, continuando, assim, apenas potencial.

Ao dizer que “o mundo é apreensível pelo pensamento”¹⁶, McDowell (1994, p. 71) não está comprometido com uma dependência do mundo em relação ao pensamento, a tese idealista por excelência. Na verdade, esse truísmo precisa ser garantido para que nossa visão de

¹⁵ “It is this integration that makes it possible for us to conceive experience as awareness, or at least seeming awareness, of a reality independent of experience”.

¹⁶ “The world is embraceable in thought”.

mundo possa, de fato, dizer respeito a um mundo independente. Ou seja, a postura de McDowell é, nesse sentido, tão realista quanto idealista. Nosso aparato conceitual, ou “equipamento do entendimento”, não poderia fornecer uma efetiva visão de mundo, com conteúdo empírico substancial, se não fosse, num certo sentido, isomórfico com o mundo, se não incorporasse nele aspectos gerais do ambiente, se não permitisse que operações no interior dele, nossos exercícios de pensamento, reagissem racionalmente à experiência, integrando-a numa imagem geral do mundo. A máxima kantiana de que pensamentos sem intuições são vazios deve inserir as intuições num espaço dinâmico, estruturado, onde atividades cognitivas estão sujeitas a autocrítica. Dizer que pensamos o mundo exige não apenas a conceitualização da experiência (“intuições sem conceitos são cegas”), mas também que o pensamento como um todo possa revelar, num certo sentido, estruturas gerais do mundo, pois só dessa forma poderemos entender uma experiência particular, uma intuição de algo, como abertura legítima para o mundo.

A luta de McDowell é contra uma imagem que vê nosso sistema dinâmico de conceitos, o meio no qual pensamos, como mantido apenas por relações extra-conceituais com o exterior. Tal imagem não pode admitir o truísmo de que pensamos genuinamente no mundo. A única forma de evitar um fosso intransponível entre mente e mundo é não admitir uma fronteira externa em torno da esfera conceitual: o conceitual é ilimitado (*unbounded*).

4 Considerações finais: a perspectiva lateralizada

Davidson só insiste no caráter causal da relação mente-mundo, pois aceita a fronteira que separa o conceitual da realidade externa. Para McDowell (1994, p. 72):

[...] os fatos que se tornam (ou parecem se tornar) manifestos para nós nessas impressões [a experiência] não estão do outro lado de uma fronteira externa que circunscreve a esfera conceitual, nem as imposições do mundo sobre nossa sensibilidade são passagens para dentro dessa fronteira¹⁷.

Ou seja, McDowell insiste que se trata de eliminar essa fronteira externa sem cair no idealismo, sem menosprezar a independência da realidade.

Davidson adotou o que McDowell chamou de uma “perspectiva lateralizada” (*sideways-on picture*). Nela, o sistema conceitual é circunscrito por uma fronteira, ficando o mundo de fora dela. O mundo afeta a mente, e o que garante a visada objetiva do pensamento são os ajustes do sistema diante dos impactos que sofre. É como se pudéssemos ver uma coisa ao lado da outra, uma reagindo à outra. McDowell, ao contrário, insiste que todos os movimentos que fazemos já acontecem no interior do sistema: ou admitimos o aspecto mundano dele, ou estamos desautorizados a falar do mundo.

A situação de Davidson é análoga à de Kant (ao menos segundo a interpretação presente em *Mente e Mundo*). Ambos manifestam uma visão lateralizada. O *noumenon* kantiano é análogo, num sentido relevante que pretendo ressaltar, ao espaço ontologicamente básico de Davidson, o espaço da física ideal. É claro que em Kant um espaço regrado por leis causais universais, o espaço da física, é fenomenal por excelência. Mas tanto o espaço supra-sensível de Kant quanto o “mundo dos eventos” de Davidson são separados dos conceitos. Kant não admitia nem mesmo uma transação causal entre os dois reinos, mas isso não é o mais importante aqui: o que importa é que ambos impedem transações racionais entre os domínios. Isso porque algo não-conceitual (supra-

¹⁷ “The facts that are made manifest to us in those impressions, or at least seem to be, are not beyond an outer boundary that encloses the conceptual sphere, and the impingements of the world on our sensibility are not inward crossings of such a boundary”.

sensíveis ou eventos) não pode se relacionar racionalmente com conceitos. Isso basta, segundo McDowell, para termos uma visão lateralizada, uma imagem que não admite coerções racionais vindas do mundo e, portanto, conteúdos empíricos legítimos.

A crítica de McDowell (1994, p. 81) a Kant em *Mente e Mundo* pode, portanto, ser estendida a Davidson:

É como se Kant estivesse dizendo que, embora uma exculpação não possa desempenhar o papel de uma justificativa, e embora, empiricamente falando, possamos ter justificativas para nossos juízos empíricos, em termos transcendentais, temos apenas exculpações¹⁸.

Isso acontece não porque a causalidade opera apenas no interior do mundo empírico, mas porque a receptividade, conceitual como deve ser, é restrita ao interior do mundo dos conceitos, que não é, transcendentemente falando, o mundo ele mesmo, independente do sujeito transcendental. O mundo se torna, assim, mera projeção do aparato transcendental. Apenas se abandonarmos a lacuna transcendental, poderemos ver o pensamento empírico como responsável diante do mundo.

Nesse sentido, a separação de Davidson entre um nível ontológico e um nível conceitual acaba gerando o mesmo efeito: transcendentemente falando, o mundo não é aquele dos nossos conceitos. Ele está fora da fronteira dos conceitos, num lugar do qual nada pode ser dito dele enquanto tal. Ao sermos causados a crer no que cremos, temos apenas exculpações, transcendentemente falando.

Frente a essas dificuldades, McDowell advoga a mesma estratégia adotada por Hegel diante do pensamento de Kant. O que não pode ser admitida, de forma alguma, é uma realidade fora da esfera conceitual. O

¹⁸ "It is as if Kant were saying that although an exculpation cannot do duty for a justification, and although, empirically speaking, we can have justifications for empirical judgments, still the best we can have for empirical judgments, transcendentally speaking, is exculpations".

supra-sensível, assim como o nível físico-ontológico de Davidson, deve ser abandonado. Só assim afirmar, sem angústia, nossos truísmos. Só assim poderemos aceitar o senso comum: pensamos no mundo, e ele existe independentemente do nosso pensamento.

Referências

- DAVIDSON, Donald. Thinking Causes (1993). In: *Truth, Language, and History*. Oxford University Press, 2005.
- DAVIDSON, Donald. Laws and Cause (1995). In: *Truth, Language, and History*. Oxford University Press, 2005.
- DAVIDSON, Donald. The Emergence of Thought (1997). In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford University Press, 2001.
- McDOWELL, John. *Mind and World*. Harvard University Press, 1994. (Edição brasileira: *Mente e Mundo*. Trad. João Virgílio Gallerani Cuter. Aparecida: Ideias & Letras, 2005.)
- McDOWELL, John. Knowledge and the Internal (1995). In: *Meaning, Language, and Reality*. Harvard University Press, 1998.
- PEARS, David. *The False Prison: A Study of the Development of Wittgenstein's Philosophy*. Vol. 1. Oxford University Press, 1987.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen / Philosophical Investigations*. Edição bilíngue. 3. ed. Trad. G. E. M. Anscombe. Blackwell, 1997 [1953]. (Edição brasileira: *Investigações Filosóficas*. 2. ed. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979).



Instituto Quero Saber
www.institutoquerosaber.org
editora@institutoquerosaber.org

Informações técnicas

Capa projetada com ativos de *Freepik.com*

formato: *16 x 23 cm*

tipografia: *Constantia*

Essa coleção desempenha um papel crucial também na disseminação do conhecimento filosófico, tornando disponíveis trabalhos acadêmicos de alta qualidade para um público mais amplo. Essa disseminação é essencial para a formação de estudantes, pesquisadores e entusiastas da filosofia. Além disso, ao publicar obras de autores brasileiros vinculados às pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação filosóficos do país, a coleção destaca e enaltece a produção nacional em filosofia, consolidando a presença do pensamento brasileiro na cena filosófica internacional.

Neste volume, reunimos uma pequena amostra dos trabalhos realizados pelos membros do GT Filosofia da Mente e da Informação. Alguns dos trabalhos aqui publicados foram apresentados no XIX Encontro Nacional da ANPOF, realizado em Goiânia, de 10 a 14 de outubro de 2022, outros são inspirados ou se relacionam com trabalhos apresentados em tal encontro.

Os textos aqui publicados representam bem os temas historicamente tratados pelo GT, incluindo questões fundacionais relativas ao fisicalismo e à causação mental, bem como questões trazidas pela neurociência e relativas à teoria da ação e da compreensão de outras mentes, bem como implicações éticas das novas tecnologias digitais.

É com grande satisfação que publicamos este volume, com o qual o GT Filosofia da Mente e da Informação pretende contribuir para a pesquisa acadêmica na área e para a comunidade filosófica brasileira de forma mais ampla.

